**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008-DL, DE 8 DE ABRIL DE 2020, NOS TERMOS DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.332, DE 20 DE MARÇO DE 2020, PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À COVID-19, REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 2020, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Senhoras Deputadas, senhoras Prefeitas, senhores Deputados, senhores Prefeitos, senhores diretores e presidentes de entidades, o Decreto Legislativo 18.332, de 20 de março de 2020, decretou estado de calamidade pública em Santa Catarina e, em razão dessa decretação, criou a Comissão Especial para o acompanhamento e a fiscalização de todos os recursos públicos aplicados no combate ao coronavírus, e a Comissão Especial tem feito um trabalho, por intermédio dos senhores Deputados e das senhoras Deputadas e também por intermédio de alguns servidores colocados à disposição por parte dos demais Poderes e órgãos, como a própria Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, fazendo sistematicamente levantamentos quanto à aplicação desses recursos: a origem, a destinação e a forma como está sendo usado.

Antes de iniciar propriamente dita esta audiência, eu vou me permitir aqui registrar aqueles que eu estou vendo aqui na tela: o Deputado Sargento Lima; o Prefeito Clésio Salvaro; o presidente da Fecam, Prefeito Orildo, de Major Vieira; a ex-Deputada Simone Schramm; o Prefeito Gean Loureiro, que está presente; o Prefeito de Biguaçu, Ramon Wolinger; o Douglas Martins; o Adriano Ribeiro, da Associação; o senhor Altamiro Bittencourt; o Deputado Neodi Saretta; a Daiana, da Fecam; a Prefeita Adeliana Dal Pont**,** de São José; o doutor Fernando Comin, que é o Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; o Deputado Mocellin; o Deputado Milton Hobus; a Deputada Luciane Carminatti; o Prefeito Leonel, de Balneário Piçarras; temos o Secretário André, que está aqui presente, e depois vou fazer menção a ele; a Cristiane; o Prefeito de Lages, Antônio Ceron; o Secretário Paulo Eli, que está aqui; o Prefeito Saulo Sperotto;o Prefeito Edésio Justen, de Santo Amaro da Imperatriz; a Deputada Ada De Luca; a Fabiane, da Amerios; o Prefeito Júnior; o Prefeito de São José do Cedro; o Prefeito Trevisan, de São Miguel do Oeste... Enfim, sintam-se todos cumprimentados. Desejamos ter uma excelente audiência pública para que, ao final, nós possamos tirar como diretriz principal a convergência, para o bem de Santa Catarina.

A dinâmica da nossa audiência pública será da seguinte forma: num primeiro momento e por até trinta minutos, vão falar o Secretário Paulo Eli, da Secretaria da Fazenda, que irá comunicar quais os recursos que até hoje foram colocados à disposição da Covid-19, a origem desses recursos, se tem dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de pessoas físicas e jurídicas, da União federal, da própria Fonte 100 do governo do Estado, enfim, qual a origem e quantos recursos foram repassados para o combate à Covid-19.

Na segunda parte da fala do Secretário Paulo Eli, ele dirá quantos recursos são previstos ainda para o ano de 2020 do coronavírus e qual a origem desses recursos, qual o montante, se vai faltar dinheiro, se não vai faltar dinheiro, onde estão sendo buscados recursos, enfim, o Secretário Paulo Eli vai nos dizer isso no presente momento.

E, depois, o Secretário André vai fazer um relato de tudo o que a Secretaria de Estado da Saúde, principalmente, mas também o governo do Estado, outras Secretarias e outros órgãos, fizeram até o presente momento: compraram equipamentos, não compraram, instalaram ou não leitos de UTI e se instalaram, onde instalaram, se foi por intermédio das Prefeituras, dos hospitais, das entidades, enfim. Então, o Secretário André Motta vai também de forma muito transparente conversar com todos detalhando o combate ao coronavírus em Santa Catarina. E na segunda parte da sua fala vai dizer também quais as ações que serão praticadas ainda neste ano de 2020 com os recursos que serão destinados pela Secretaria da Fazenda, ou seja, vai dizer de quem é a competência para instalar leitos de UTI. É do governo do Estado? Se é do governo do Estado, quem paga? Os Municípios estão instalando, não estão instalando? Criou-se uma polêmica muito grande na semana passada segundo a qual alguns Municípios estavam rejeitando leitos de UTI, Prefeitos contestaram, diretores de hospitais também, enfim.

Na segunda parte da audiência pública teremos a fala do presidente da Fecam, que será o primeiro a falar, o Prefeito Orildo. Nós tínhamos a previsão de que o Prefeito Udo Döhler iria falar, mas ele não vai se fazer presente e será representado pela sua secretária executiva, e, em seguida, falará o Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, que vai falar em nome dos Prefeitos da Grande Florianópolis. Também vamos ter a fala do Prefeito de Tubarão e do Prefeito Clésio Salvaro; vamos ver um vídeo do Secretário Mário Hildelbrandt**,** de Blumenau; um vídeo do Prefeito Fabrício Oliveira, de Balneário Camboriú – são vídeos curtos –; vamos ter a fala do Prefeito Antônio Ceron, da cidade de Lages, representando toda a região serrana; a fala do Prefeito Saulo Sperotto, representando o meio-oeste de Santa Catarina; a fala do Prefeito Rogério Pacheco, de Concórdia, que eu estou vendo aqui na tela e vai falar em nome do Alto Uruguai; a fala do Prefeito Wilson Trevisan, além, evidentemente, da fala do Prefeito de São José do Cedro, que representa a Associação dos Municípios.

Nós teremos também a fala do presidente da Associação dos Hospitais de Santa Catarina, Altamiro Bittencourt ou do Adriano, que é o diretor executivo; a fala do diretor do hospital de Tubarão, o Fábio; teremos um pequeno vídeo de três hospitais: o São Paulo, o de Anita Garibaldi e o de Urussanga; teremos uma fala do diretor do Hospital Santa Teresinha; teremos a Uvesc também; e teremos depois alguns representantes de Associações de Municípios, como o Prefeito Antônio Plínio de Castro, o Prefeito Matias Kohler e o Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro; e depois, ainda, o doutor Fernando Comin, que é o Procurador-Geral de Justiça, e os Deputados da Comissão e os demais Deputados desta Casa. E perguntas e respostas por parte do Secretário Paulo Eli e do Secretário André Motta**.**

Queremos que esta audiência pública dure, no máximo, duas horas, duas horas e quinze minutos. Peço que todos sejam rápidos nas suas colocações, num tempo de, no máximo, dois a três minutos. Nós não vamos aqui limitar um tempo de forma muito rígida, mas pedimos a compreensão. Como eu disse, a intenção desta audiência pública é de realmente convergir, pois Santa Catarina vive um momento muito difícil.

Então, para não atrasarmos, vou passar a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, que está acompanhado da sua Secretária Adjunta, Michele Patricia Roncalio.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC)** – Boa tarde, senhoras e senhores; Deputado Marcos Vieira, presidente da Comissão; senhores Deputados, senhores Prefeitos, Secretário André, Secretária Adjunta Michele, pessoas que estão nos ouvindo agora.

Nós vamos fazer um breve relato dos recursos que já vieram para o Estado, como foram aplicados e da parte disponibilizada pelo Tesouro até a presente data para o enfrentamento da Covid. Não podemos esquecer que o enfrentamento à Covid é mais uma das doenças com as quais a Secretaria da Saúde trabalha; não é exclusivamente para ela que toda a estrutura hospitalar da saúde está sendo focada neste momento.

Eu vou passar a palavra para a Secretária Adjunta Michele para que ela faça a apresentação dos números.

**A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRICIA RONCALIO (SC) –** Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente da Comissão, senhores Prefeitos, senhores Deputados e senhoras Deputadas, Prefeita.

Muito rapidamente a Secretaria de Estado da Fazenda vai fazer uma apresentação dos números macros para depois a Secretaria da Saúde falar do detalhamento da distribuição desses insumos.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua apresentação*.)

Então, tem uma linha de corte aqui, né? Essa apresentação foi elaborada principalmente na sexta-feira, então os números são relacionados até o dia 16, a última quinta-feira... o Portal da Transparência está atualizado hoje... até sexta, na verdade.

Então, as despesas empenhadas totais até o momento foram R$ 278 milhões no Poder Executivo. Ainda existem despesas pré-empenhadas que estão em fase de contratação no valor de R$ 44.800 milhões que foram devidamente identificadas. Cabe destacar aqui que essa despesa empenhada é aquilo que é identificado exclusivamente como Covid. Por que eu estou destacando isso? Porque muitas equipes estão trabalhando para a Covid, mas as suas folhas não estão relacionadas aqui, como, por exemplo, a questão da Defesa Civil, a questão de fiscalização policial. Isso daqui (*aponta para a imagem*) é o que foi de recurso extra, porque essas folhas teriam que ser pagas de qualquer maneira, né? Então, R$ 278 milhões até quinta-feira devidamente empenhados e R$ 162 milhões liquidados e mais R$ 44.800 milhões, principalmente da Fonte SUS, na sexta-feira nós tínhamos de pré-empenhos.

Outras despesas comprometidas e que não são necessariamente lá do Fundo Estadual de Saúde são as que já estão em andamento. Está em publicação o Edital Emergencial da Cultura com apoio, inclusive, aqui da Assembleia Legislativa, são R$ 4 milhões, sendo R$ 2 milhões desta Casa e R$ 2 milhões do Tesouro. Os R$ 30 milhões de juros subsidiados nos encargos gerais do Estado relacionados ao Badesc e ao BRDE não estão empenhados ainda, mas as primeiras prestações de contas dos empréstimos do banco estão chegando esta semana, e os temporários... aqui só está uma parte da folha de maio em diante, mas tem as folhas para frente, que são os temporários da SAP, que é a Secretaria de Administração Prisional, principalmente no Hospital de Custódia e nos hospitais aqui que se medem com o 13º cerca de R$ 60 milhões até 12 de 2020, que ainda não podem estar empenhados, porque empenha a cada competência.

Então o foco aqui, que é a nossa Secretaria de Estado da Saúde, nós temos até então R$ 256 milhões empenhados exclusivamente na Secretaria da Saúde e o restante em outras Secretarias como, por exemplo, na própria Segurança Pública, na área da PM, que tivemos que usar alguns equipamentos individuais de proteção que antes eram divididos como os próprios coletes e, com isso tudo, tivemos que readequar a logística.

Então, nós temos o quê? Temos que 92% das despesas até então empenhadas são do Fundo Estadual de Saúde e quase 8% são de outros órgãos e (*ininteligível*). Desses recursos utilizados, 40% com recursos do Tesouro, 33% com recursos que vieram da União, do SUS, 7% com recursos da Alesc e 19% demais fontes.

Objeto dos gastos: contratação de serviços de pessoa jurídica, 33%; 30% bens e equipamentos; 14% materiais de consumo; 13% repasses a Municípios, hospitais e OSs – algumas dessas contratações de PJ também são de hospitais, é a maneira de classificar – e 9% demais gastos.

Na próxima tela (*aponta para a imagem*) nós temos, então, os repasses recebidos de outros entes, Poderes, etc. Então nós temos até agora do SUS, relativo à Covid, R$ 177 milhões recebidos; R$ 22 milhões da Alesc, sendo que R$ 2 milhões estão reservados para aquele Edital da Cultura que eu mencionei há pouco; Tribunal de Contas R$ 20 milhões; Tribunal de Justiça R$ 10 milhões; Justiça Federal R$ 3,2 milhões; e pessoas físicas e jurídicas, que são doações, R$ 32 mil. E dos recursos próprios utilizados até agora R$ 151 milhões. Isso utilizados até agora, efetivamente empenhados, fora as licitações em andamento e aqueles outros pré-empenhos que eu mostrei na tela inicial, de folha e tudo mais, que já estão programados.

Então, se a gente pegar o recurso do Tesouro e mais o da Alesc... por que foi essa situação mais a Alesc? Porque a Alesc também passou na Fonte 100. Então, dos R$ 151 milhões da tela anterior, R$ 130 milhões são da Fonte 100 e R$ 21,3 milhões são de outras Fontes, diversas, que não... que me permitam não detalhar aqui, mas o relatório completo, senhor Deputado Marcos Vieira, eu trouxe em PDF uma planilha do Excel com todos os empenhos detalhadamente para os senhores e eu vou deixar com a equipe aqui em Excel, o.k.? Mas, então, R$ 130 milhões empenhados especificamente da Fonte 100, R$ 87 milhões liquidados e R$ 71 milhões pagos. Desses, 96% da Fonte 100 estão no Fundo Estadual de Saúde e apenas menos de 4% nos demais órgãos – os outros órgãos a gente está suprindo com várias outras Fontes, como eu demonstrei no início. Objeto dos gastos: principalmente bens e equipamentos e repasses a Municípios, hospitais, OSs e contratação de serviços de terceiros aqui na Fonte 100.

Aqui está mais detalhado (*aponta para a tabela*)... Só voltando à tela anterior, tem também, como eu falei, contratações por tempo determinado, mas esse número vai crescer, está 11%, como eu falei que só estão as folhas de maio e junho aqui ainda, então vai crescer, porque tem até o final do ano esse pessoal ACTs, né, da área da saúde principalmente.

Então, nessa tela aqui, traz a questão mais detalhada dos equipamentos e materiais de consumo, a parte de contribuições entra na parte de repasses a OSs – outros serviços terceiros é a classificação, certo? Isso vai ficar para os senhores e penso que não preciso me detalhar aqui, mas são os R$ 130 milhões que a gente demonstra lá.

Especificamente sobre esse gráfico (*aponta para a imagem*), então são os recursos recebidos, até então a maioria dos... foram recebidos R$ 232 milhões, só que não foram todos aplicados, né?

Dos recursos do governo federal, SUS, por exemplo, dos R$ 177 milhões recebidos, foram empenhados R$ 90 milhões e tem pré-empenhados R$ 43 milhões. Esse pré-empenhado, inclusive, hoje de manhã antes de vir para cá eu dei uma olhada, a maioria já se transformou em empenho, mas agora em julho foi recebido, então tem um saldo a utilizar, fora o pré-empenho, claro, porque também não está empenhado, estava em processo de licitação e contratação, como eu falei, não tinha o credor ainda, por isso não empenhado, mas pré-empenhado, reservado. Então o total comprometido de R$ 177 milhões é R$ 134 milhões e R$ 42 milhões. Na verdade, é quase que a totalidade do último repasse que foi feito de R$ 38 milhões agora em julho ainda.

Do governo federal, então, os recebimentos se concentraram a partir de abril, mais especificamente, como eu falei, os R$ 38 milhões agora de julho, que foram recebidos na semana passada, R$ 14 milhões iniciais ficaram no Estado e foram feitos, daí, repasses específicos direto do governo federal aos Municípios, né? No governo federal, a maior parte dos recursos está indo para material... tem mais de um aqui, na verdade. A maior parte do serviço está indo para serviço de terceiros, R$ 73 milhões, inclusive com serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais são R$ 73.414 milhões dos 90 empenhados.

E dos recursos do TCE, Fonte 300, que foi *superavit*, é de exercícios anteriores, foram empenhados R$ 17.800 milhões e os outros pré-empenhados, R$ 2,1 milhões, já estão também em fase de licitação. Não tem saldo a utilizar então a não ser os pré-empenhos. Então dos valores empenhados, dos valores pré-empenhados, a maioria desses R$ 2 milhões é em licitação, em contratação material médico-hospitalar e material permanente e as outras coisas eu tenho R$ 16.500 milhões em apuração, né?

Do Tribunal de Justiça foram recebidos R$ 10 milhões, então tem já o rendimento de aplicação inclusive, então foram empenhados até agora os R$ 10 milhões completos e liquidados R$ 3 milhões. Essa diferença, a maioria é rendimento de aplicação ou Fonte 228, que já tinha no Fundo Estadual de Saúde. Então já não tem mais saldo a empenhar, mas, sim, R$ 7 milhões a pagar ainda relativos a esses recursos. Então o principal é material de consumo, material de proteção e segurança, EPIs e material hospitalar. É o principal desse recurso do empenhamento.

Da Justiça Federal foram recebidos R$ 3.235 milhões de várias Comarcas, e desses estão liquidados R$ 676 mil. Eu vi hoje pela manhã, antes de vir para cá, que esse tinha um empenhamento que foi estornado, só que foi estornado na sexta-feira, de mais um... praticamente o que está comprometido são esses R$ 676 mil liquidados, o restante então ele começa a ficar livre para novas aquisições. Mesma coisa a distribuição, então o principal desse recurso está sendo em EPIs também e para material farmacológico.

Ainda recebemos R$ 32 mil de fontes de recursos por Dare, né, pessoas físicas e jurídicas. Esses já foram carregados os orçamentos lá para o FES, Fundo Estadual de Saúde, mas ainda não foram aplicados, R$ 32 mil. O.k.? Ambos foram direcionados diretamente para o Fundo Estadual de Saúde, o orçamento.

E, por último, não é reconhecido como Covid diretamente, mas não menos importante, foi feito um esforço e, claro, trabalhando aqui com a Assembleia, que das emendas de 2019 foram já empenhados R$ 102 milhões de emendas da saúde, sendo 79,7% para Municípios e 20% para instituições privadas, sendo 60% para investimentos e 40% para custeio, que embora não sejam diretamente relacionados à Covid, a gente sabe que está auxiliando muito, pela própria temática dos Deputados, no enfrentamento da Covid nos Municípios. Prova disso é que também a portaria que a audiência anterior aqui tratou, a gente está fazendo um esforço para quitar as emendas impositivas de Municípios relacionadas à saúde até o dia 14 de agosto, o que dá mais um total de R$ 48 milhões além desses R$ 102 milhões das emendas de 2019 que tinham ficado represadas e agora estamos fazendo um esforço para pagá-las.

Da Secretaria da Fazenda seria esta a apresentação. Vou devolver a palavra ao Secretário Paulo Eli.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC)** – Bem, senhores, a despesa com Convid é só mais uma das despesas da Secretaria da Saúde, e tem despesas que nós não conseguimos separar, exclusivamente Covid e outras doenças, porque toda a estrutura hospitalar da Secretaria da Saúde está dedicada a atender todas as doenças e todos os tratamentos, e Covid é só mais um deles. Então, nós não temos uma contabilidade de custos para contabilizar item por item ainda.

Com relação aos demais órgãos do governo, toda a estrutura da Polícia Militar, hoje, além das atribuições normais, também está trabalhando a questão do isolamento social. Nós poderíamos até pegar um percentual do orçamento da Polícia Militar e colocar aqui como enfrentamento à Covid, mas toda a estrutura pública do Estado hoje está dedicada ao enfrentamento da Covid, e nós temos que enfrentar todas as outras doenças também.

Com relação a recursos, até final do ano nós estamos com a Lei Complementar 173, a ajuda federal em relação à queda de Receita dos Estados. Nós temos três fontes basicamente para enfrentar essa queda: uma fonte é o congelamento da folha salarial – nós já tínhamos previsto este ano vários aumentos salariais que agora foram congelados; quanto ao refinanciamento da dívida, nós temos uma suspensão da dívida pública de maio até dezembro dos contratos com o Banco do Brasil, o BNDES e a União – nós temos que pagar a dívida com os bancos internacionais, então isso nos dá um caixa para enfrentar a Covid; e nós temos a ajuda direta da União, que é R$ 1,151 bilhão para auxiliar o Estado na queda de Receita e mais R$ 270 milhões na questão do enfrentamento direto à Covid, à saúde, né? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

De todo modo, toda a economia que o Estado está fazendo para manter os seus pagamentos em dia e toda a economia que o Estado está fazendo em relação à sua reestruturação, o seu controle de gastos também está sendo usado para a saúde neste momento.

Michele, nós já estamos em quanto, em 17% da Receita Corrente?

(*A Secretária Adjunta da Fazenda, Michele Patricia Roncalio, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Nós estamos hoje com quase 18% da Receita Corrente Líquida do Estado sendo aplicado em saúde.

É isso, senhor Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Com a palavra o Secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro, por até vinte minutos.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO (SC)** – Boa tarde, senhores. Boa tarde, Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão, demais Deputadas e Deputados, Prefeitos, Secretários aqui presentes, representantes de Associações, doutor Fernando Comin, sintam-se cumprimentados por mim.

Nós temos aqui algumas informações que nos trazem um panorama muito superficial do que está sendo feito, mas que devem ser mencionadas hoje para que todos tenhamos um entendimento muito próximo do que está acontecendo no enfrentamento Covid, nessa parceria Estado de Santa Catarina, demais instituições, Prefeituras e unidades hospitalares do Estado.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua apresentação.*)

Então nós temos no início deste processo um plano de contingência, lá de fevereiro deste ano, que tem alguns níveis de alerta. Neste momento estamos no Nível III de Emergência em Saúde Pública. Este é um documento que é público desde março deste ano e é importante salientar que nós temos dentro do nosso *site* e em alguns endereços da Secretaria, que eu vou mencionar mais à frente, essas publicações todas muito claras.

É importante citar aqui a criação do Coes, que é o Centro de Operações de Emergência em Saúde, que é espelhado no modelo do Ministério da Saúde, que foi implementado no dia 12 de março. Dentro do Coes temos parcerias importantes, representatividade da Fecam, do Cosems, do Ministério da Saúde, do GRAC e do Ministério Público, que participam todos os dias das discussões e planejamento para o enfrentamento da Covid no Estado de Santa Catarina.

Como eu falei, nós temos um *site* bastante explicativo, está ali o endereço abaixo para os senhores. Lá em cima temos algumas abas: apoio à decisão, transparência e outras, e todas as ações da Secretaria de Estado da Saúde estão ali colocadas.

Nós temos algumas ferramentas de inteligência digital que foram colocadas à disposição dos gestores estaduais e municipais, para que se possa ter indicadores com qualidade estatística e técnica para a tomada de decisão. Uma dessas ferramentas é a Disseminação Territorial, que é feita em parceria com o Nietta, que é o Núcleo de Inteligência da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Essas ferramentas todas estão disponíveis aos senhores naquele endereço.

Então temos a intensificação de casos, que aparecem aqui por Município. Nós temos também os casos confirmados, que têm uma sequência que é mostrada bastante clara dentro desse mapa. Isso é importante para entendermos a necessidade desse compartilhamento das decisões que foram tomadas após o decreto de 8 de junho.

Aqui (*mostra gráfico*) temos a questão da evolução de casos dentro do Estado de Santa Catarina, um aumento bastante considerável. Todos nós percebemos claramente uma aceleração da transmissão do vírus no nosso Estado. Esse é o número de casos no dia 17 de julho, hoje já se aproxima de 54 mil casos confirmados dentro do nosso Estado.

Aqui um detalhamento dos casos para a gente ter uma ideia da divisão entre masculino e feminino, por faixa etária. A faixa etária mais acometida é a de 30 anos a 39 anos. Isso é importante, porque quando se discute com a sociedade a necessidade de isolamento social, é necessário que os jovens percebam que talvez sejam os maiores vetores da doença hoje no Estado de Santa Catarina.

O detalhamento de casos por região. Ali se percebe claramente uma evolução muito grande na Foz do Rio Itajaí, que é um ambiente, uma área que nos preocupa consideravelmente.

A taxa de letalidade em Santa Catarina é uma taxa baixa, que é a linha preta ali embaixo (*aponta para o gráfico*), comparada com outros Estados e com o próprio Brasil de uma maneira geral.

Óbitos por milhão de habitantes nas regiões do Brasil. Então nós temos: 408 óbitos por milhão na região Sudeste; 445 óbitos por milhão no Nordeste; 599 óbitos por milhão no Norte; na região Sul 109 óbitos por milhão e na região Centro-Oeste temos 229. É bom ressaltar que o Estado de Santa Catarina hoje ocupa a 26ª posição em óbitos por milhão de habitantes, com 90 óbitos por milhão de habitantes no dia de ontem.

Aqui temos a evolução de óbitos, quantitativo na verdade dentro do Estado. Os Municípios estão representados onde aconteceram óbitos pelos quantitativos. Aqui [um gráfico] da evolução dos óbitos. Nós tivemos também uma aceleração bastante importante no último mês. E o gráfico detalhamento dos óbitos: masculino e feminino. Aqui uma questão interessante do vírus, que ele acomete mais as mulheres, mas os homens acabam falecendo mais. Depois outro quadro do detalhamento dos óbitos de novo.

Aqui a questão dos recuperados (*mostra mapa*), em que a gente tem um quantitativo. Nós temos praticamente todas as cidades do Estado sendo comprometidas e acometidas pela doença, mas recuperados nós temos hoje, mais ou menos, 44 mil casos, que estão representados aqui por essa figura.

Também dentro do nosso BI, no nosso *site* Coronavírus, nós temos algumas informações bastante interessantes que colocam tudo isso que está sendo dito e detalha por Município, por região. É importante salientar que esse dado (*aponta para a imagem*) é de ontem, quando tivemos 685 óbitos no Estado, sendo que 153 mil testes foram realizados pelo Lacen e temos um represamento de mais ou menos 5 mil no dia de ontem.

Esse é um ambiente digital que vale a pena ser pesquisado e olhado, porque muitas informações aqui são inclusive tiradas como ferramentas para que as unidades, os Prefeitos e as regiões consigam entender o impacto em cada uma delas. Um grande avanço que está nessa página é o Portal de Dados Abertos, que nos deu um posicionamento bastante importante dentro do Brasil como um dos Estados mais transparentes na informação dos dados de enfretamento à Covid-19.

Esse é o nosso mapa de risco, Risco Epidemiológico Sanitário, que está sendo tornado público há mais de trinta dias. Essa é a foto da última atualização, foi na quarta-feira da semana passada – lembrando que essa ferramenta é atualizada semanalmente.

Então, quando a gente fala em risco gravíssimo, são sete regiões do Estado, e foi também por isso que aconteceu o decreto do Governador na sexta-feira, para auxiliar cidades e regiões que estão com risco gravíssimo a entender e a tentar diminuir a transmissão, a velocidade de transmissão do vírus.

Essas são as dimensões utilizadas nessa matriz (*aponta para a tabela*), ela pontua isolamento social, investigação, testagem, reorganização de fluxo e ampliação de leitos. Cria um número e acaba classificando as regiões do Estado conforme esses critérios, critérios esses que são embasados em estudos científicos e outras experiências com êxito em outros ambientes estaduais e outros países, inclusive.

Aqui nós temos um pequeno mapa, que é o que nós temos comentado muito, a necessidade do isolamento social. Percebe-se claramente que quando há um decréscimo no índice, na taxa de isolamento social, há um aumento considerável de óbitos, que é a linha preta. Então a linha vermelha é a taxa de isolamento e a preta é o número de mortes no Estado de Santa Catarina.

Instituímos também o inquérito rápido para o monitoramento semanal pelos agentes comunitários da saúde. Essa é mais uma ferramenta que vai somar à matriz de risco, porque se percebe que o diagnóstico de Covid não é apenas por testagem laboratorial, mas também por quadro clínico, e essa é a intenção desse piloto iniciado no dia 15 de julho. Já temos 1.346 pessoas mapeadas nessa ferramenta, que em breve deve se somar para mais um indicador de tomada de decisão.

O Lacen, apesar daqueles 5 mil testes represados, informação que foi colocada num *slide* anterior, teve seu início lá em março fazendo 92 exames/dia, e hoje com uma capacidade de até 1.200 exames/dia, obviamente que com o aumento de equipamentos. Nós recebemos mais um equipamento do governo federal, agora são dois, e parceria também com o Paraná, e a questão lá de Concórdia com a Embrapa. Então, essa construção de parcerias trouxe ao Lacen a possibilidade de realizar 1.200 exames/dia, que é mais ou menos o que está sendo demandado. Nós temos recebido hoje algo em torno de 1.100 exames a serem realizados por dia aqui no Município de Florianópolis e nas outras unidades do Lacen. Esses dados que eu acabei de falar estão todos aqui nessa transparência.

A questão de leitos. Nós iniciamos então o planejamento do Coes em 12 de março com 816 leitos de terapia intensiva no Estado de Santa Catarina, e neste momento temos um dado de 1.376 leitos, o que traria, mais ou menos, 570 leitos de UTI novos ativos. É importante salientar que há uma dificuldade aqui, porque esses leitos são habilitados ou em fase de habilitação, e de qualquer forma, habilitados ou em fase de habilitação, eles deveriam estar ativos e disponíveis para a sociedade. Hoje se percebe que há uma pequena divergência de números, porque algumas unidades hospitalares têm dificuldade de ativar esses leitos – esse é um dado que também está no BI coronavírus.sc.gov.br. Percebe-se à direita, lá no mapa (*aponta para a imagem*), onde tem aquelas bolinhas coloridas, quando o cursor é passado lá em cima a gente enxerga a unidade hospitalar, leitos anteriores e leitos acrescidos ao sistema.

Essa imagem mostra pelas macrorregionais de saúde, que são sete. Esse é um dado interessante também, porque a Organização Mundial da Saúde e o próprio Ministério da Saúde colocam como número ideal de leitos de terapia intensiva de um a três leitos por cada dez mil habitantes. O Estado de Santa Catarina, hoje, tem 2,19 leitos por dez mil habitantes, numa média, mas a ideia é nós chegarmos muito próximo a 3 leitos por dez mil. E ainda com alguma diferença, algumas regiões com um pouco menos e outras com um pouco mais, e isso nos preocupa hoje, principalmente o sul do Estado, onde esse número, apesar de estar adequado, está abaixo da média do Estado de Santa Catarina, com 1,7 leitos por dez mil habitantes.

A questão da habilitação dos leitos de terapia intensiva: já foram repassados R$ 76.464 milhões pelo Ministério da Saúde, que é quem repassa o valor de leitos habilitados;para a gestão estadual o total de R$ 36.670 milhões; e para a gestão municipal R$ 39.794 milhões. Lembrando que esse de gestão municipal é transferência de fundo federal para fundo municipal e os de gestão estadual são repassados pelo Estado após convênios ou contratos.

Ali embaixo está a informação de que além dos 530 leitos já habilitados no Estado de Santa Catarina – e aqui eu faço o comentário de que é o Estado que mais habilitou leitos no Brasil – nós temos mais 86 em fase de habilitação no Ministério, com uma certa garantia de sucesso nesse pleito.

Novas contratações. A gente teve então no sistema, nos hospitais próprios, aquele quantitativo de médicos, de enfermeiros de nível superior e fisioterapeutas, e nível médio, e temos 4.800 classificados em processo seletivo que estão sendo chamados para as unidades que estão aumentando o serviço Covid, como o Tereza Ramos, alguns hospitais aqui da Grande Florianópolis, Marieta e outros.

Novas tecnologias que essa pandemia nos trouxe ou nos obrigou a trazer a inteligência digital para dentro do processo, do sistema, a Secretaria da Saúde era muito deficiente nesse aspecto. Mas nós temos hoje, então, o Sistema Leitos, que foi criado dentro da Secretaria Estadual da Saúde, uma ferramenta de BI com a parceria da Boa Vista e do Ciasc; a Matriz de Risco Sanitário, que eu já coloquei na tela para os senhores; a Plataforma Territorial, que também já foi colocada. E também por iniciativa do Estado e parceria com outros órgãos e instituições, nós disponibilizamos aos Municípios, através também de parceria com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, mais um combo de ferramentas para a tomada de decisão: Bancos de Casos Confirmados e Suspeitos; Mapa de Situação; Modelo Epidemiológico; Frente de Transparência e Matriz Gutai.

O Estado também realizou capacitações para a implementação de algumas plataformas. Foram diversos cursos, foram milhares de pessoas treinadas desde o início de março, porque além de ofertar serviços de saúde há necessidade, pela característica da doença, de treinamento dessas pessoas.

Temos parceria também com a Telemedicina, através de Câmara Técnica, em que estão aqueles hospitais incluídos (*aponta para a imagem*) no acesso à informação com uma prática clínica e assistencial baseada em evidência científica disponível. É mais uma forma de qualificar o atendimento no Estado de Santa Catarina, lembrando que o Estado, quando traz educação, plataformas e disponibiliza cursos, atende a rede inteira, inclusive municipal, filantrópica e, eventualmente, privada.

Nós temos participação em estudos clínicos também, e tem um estudo bastante interessante que está sendo estruturado no Hemosc, que é a utilização do plasma de pacientes já em convalescência, e outros estudos, como o Coalizão, que não está ali, e outros tantos que o próprio Estado e alguns hospitais, em parceria com hospitais de São Paulo e Rio, trazem para dentro da qualificação da rede e da possibilidade de melhora no atendimento.

Todos Pela Saúde também é uma parceria interessante, que é aquele recurso do Banco Itaú que é gerenciado pelo Sírio Libanês. Houve ali uma adesão de 27 hospitais do Estado. Com a iniciativa do Estado de Santa Catarina a gente trouxe essa possibilidade, melhora do processo de trabalho e fluxos de atendimento, e isso acabou trazendo para dentro do Estado uma série de doações de EPIs e equipamentos para que sejam distribuídos para esses hospitais.

Documentos elaborados pela Secretaria nesse período todo: são 64 portarias; 72 notas técnicas; 26 diretrizes sanitárias e 20 boletins de alerta para regiões de saúde, todos eles disponíveis no *site*.

Testes rápidos distribuídos para os Municípios, total de 242 mil testes rápidos; máscara cirúrgica 2.570 milhões; luvas de procedimento, avental descartável, aquele quantitativo colocado lá embaixo (*aponta para o gráfico*). EPIs adquiridos pelo Estado: avental, 576 mil pendentes de entrega; máscaras, já com uma parte entregue; luvas; gorro cirúrgico e óculos protetor.

Equipamentos entregues pelo Estado: desfibrilador/cardioversor, 25; monitores, 163; ventilador pulmonar, 481; bomba de infusão, 50; camas, macas e carro de emergência, como ali estão descritos (*aponta para o gráfico*).

Tivemos também uma parceria de doação da JBS, que distribuiu camas de UTI e monitores pelo Estado; doação da Receita Federal, com 50 ventiladores pulmonares; e também recebidos pelo Ministério da Saúde o quantitativo de 98 respiradores pulmonares e monitores multiparâmetro.

A doação pelo [programa] Todos pela Saúde, já comentado aqui: são luvas, óculos, álcool e outras necessidades de proteção do nosso pessoal do enfretamento.

Recursos disponibilizados: Fonte 100, da Alesc, valor empenhado, valor pago, saldo; temos ali Tribunal de Contas, os R$ 20 milhões também; Fonte 228, Tribunal de Justiça; Fonte 229, Justiça Federal; Fonte 223; Fonte 100 da Secretaria, recursos próprios, que totalizam R$ 290.229.098,61. Empenhados e pagos, ainda com um saldo de R$ 34.461 milhões.

Recursos federais repassados, e aqui está no Boletim Segov, para o Estado de Santa Catarina, com aquelas portarias mencionadas – está no documento aqui portaria por portaria, depois a ser entregue a esta Casa: ao Estado de Santa Catarina R$ 231.344.225,97, aos Municípios R$ 701.095.167,67, no total de praticamente R$ 1 bilhão para esse enfrentamento.

Aqui a questão da política hospitalar catarinense. O Estado de Santa Catarina está pagando o teto máximo da política hospitalar para, justamente, os nossos hospitais filantrópicos poderem ofertar serviços para o enfretamento Covid. E aqui o repasse da política hospitalar, que somados lá embaixo dá um total de R$ 25.240 milhões/mês – no ano já foram mais de R$ 105 milhões repassados aos hospitais filantrópicos do Estado de Santa Catarina. Nesta tabela temos os repasses por região, a soma de recursos federal, estadual e Fundos Municipais de Saúde: R$ 1.079.031.394,97.

Emendas federais já pagas nesses últimos setenta dias: R$ 33 milhões; emendas impositivas estaduais 2019: R$ 82 milhões; e convênios específicos, com um total de R$ 123 milhões repassados nos setenta dias.

Também temos unidades hospitalares com OSs. São oito OSs que estão recebendo o teto máximo dos seus contratos para, justamente, também trazer recursos para o enfrentamento da Covid, num total/mês de R$ 35.570 milhões, repassados a esses hospitais.

O Boletim Segov é bastante interessante para se fazer uma consulta, pois lá estão todos os recursos repassados aos Municípios do Estado de Santa Catarina.

A habilitação de leitos naquelas unidades. Então já foram repassados R$ 11.992 milhões para leitos habilitados UTI Covid, ainda pendentes R$ 5.616 milhões, em fase de empenho e liquidação.

 Hospitais sob gestão estadual - Portarias 1.393 e 1.448. Após várias semanas de discussões e documentação de contratos, nós já conseguimos repassar até o dia 20 o total de R$ 28.428.952,00.

Kit intubação, que é uma grande discussão. Nós temos várias ações em andamento: doações e aquisições; medicamentos distribuídos em conta desse *kit*. Aqui um panorama de necessidade desses *kits*. Em vermelho, ali (*aponta para a tabela*), são os dias que nós temos ainda de estoque, mas que estão sendo equacionados com as doações e as compras do Estado de Santa Catarina.

Terminando a minha manifestação, temos os desafios: dificuldade no entendimento do processo; baixo índice de isolamento social; transmissão em progressão exponencial ainda, infelizmente; comprometimento do estoque de medicamentos; diminuição da oferta de recursos humanos ainda; a questão do abastecimento, tanto de aventais como do sistema de aspiração traqueal; acesso às informações referentes à utilização dos recursos por parte dos Municípios, o que é uma dificuldade importante.

E nós temos o nosso planejamento: edital de compra de leitos de UTI privados; edital de compra de UTI móvel; transporte sanitário – nós conseguimos uma discussão interessante, de tentar trazer para cada região do Estado uma ambulância UTI branca, para que ela possa dar suporte ao transporte dos pacientes graves, visto que o Samu teve um acréscimo de 1.400% na sua demanda; habilitação de duas Unidades de Suporte Avançado novas para o Samu; reforço nas ações educativas à população das medidas necessárias para a redução da transmissão; implantação de protocolos respiratórios nos hospitais, que já vem desde março; parceria do Ministério da Saúde para aporte de profissionais no Estado – essa é uma discussão que surgiu nos últimos dias.

Nós também estamos discutindo com hospitais e Municípios a abertura de novos leitos de UTI Covid – o Estado tem hoje equipamentos e condição para mais de duzentos leitos; também a implantação de leitos de suporte ventilatório, que é uma portaria ministerial de 15 de junho, a Portaria 1.534, que nos dá a possibilidade de aumentar também esse protocolo respiratório para o paciente Covid; temos participado de reuniões com todas as macrorregiões de saúde em apoio à decisão de enfrentamento da pandemia, baseados na classificação da matriz de risco sanitário e na descentralização da tomada de decisão.

A Secretaria da Saúde participa, dá apoio, discute, traz ferramentas para que se possa tomar decisões e, eventualmente, faz a intervenção que precisa ser feita. Tivemos uma dessas discussões bastante interessantes, que foi com os gestores da Grande Florianópolis, inclusive para a realocação de serviços de pediatria, para que se possa abrir mais leitos de enfrentamento Covid nos hospitais de referência.

E uma discussão que é extremamente importante, e que nós estamos agora trazendo para todos, é a qualificação da entrada dos pacientes na rede de saúde. O primeiro diagnóstico é fundamental e os fluxos de referência e contrarreferência dentro da rede de urgência e emergência. É importante que se ressalte que esse paciente, uma vez diagnosticado, precisa ser monitorado, e o fato de ele ser monitorado, diminui o impacto da doença no paciente e, por consequência, o impacto nos serviços ofertados pelo sistema público de saúde, seja filantrópico, municipal ou estadual.

Aqui (*aponta para a imagem*) temos uma série de parceiros à qual fazemos os agradecimentos, lembrando que todos eles participam de discussões, das tomadas de decisão da Secretaria de Estado e eu faço aqui o meu agradecimento público a todas aquelas instituições que têm participado conosco nesse enfrentamento. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Lembramos que este é um momento que nós precisamos diminuir a velocidade de transmissão do vírus e é importante que todos nós entendamos essa necessidade. A sociedade, que já respondeu muito bem lá no começo desse enfrentamento, precisa entender que a hora agora é de ficar parada, ficar em casa e respeitar os protocolos sanitários e a etiqueta respiratória que já foram tornados públicos por diversas ocasiões.

Aqui *(aponta para a imagem)* temos mais alguns parceiros aos quais a gente agradece, em especial aos profissionais de saúde que atuam no Estado de Santa Catarina, porque realmente não é fácil fazer esse enfrentamento deixando as suas famílias em casa. Inclusive o Estado está disponibilizando hotéis para aqueles que precisam se isolar, para que eles possam ficar bem acomodados e não levem para dentro das suas casas a possibilidade de contaminação dos seus entes queridos.

Essa é uma fala bastante superficial do que a gente tem feito, mas aqui estamos à disposição. Eu agradeço o espaço e desculpem-me ter ultrapassado o tempo proposto.

Estou à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Senhoras e senhores, solicitou-me o Prefeito de Major Vieira e presidente a Fecam, o senhor Orildo, que a sua fala fosse após a manifestação dos senhores Prefeitos. Está concedido.

Vamos começar o debate com os Prefeitos. Eu gostaria de convidar sua excelência, o senhor Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** — Doutor Marcos?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Deputado Moacir Sopelsa com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** — Senhor Presidente, só para comunicar que estamos juntos aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — O.k., Deputado. Feito o registro.

Com a palavra o Prefeito Gean Loureiro, de Florianópolis.

**O SR. PREFEITO GEAN MARQUES LOUREIRO (Florianópolis/SC)** — Obrigado, Presidente. Eu quero saudar o Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão, os demais Deputados-membros da Comissão, e os Deputados que participam desta audiência pública. Também deixo o meu abraço a todos os meus colegas Prefeitos que participam em grande número com a representatividade do nosso Estado, também ao nosso presidente da Fecam e aos integrantes representantes do Ministério Público em nome do nosso Procurador-Geral da Justiça, o Promotor Fernando Comin.

Eu querorapidamente fazer um comentário, primeiro destacando uma situação positiva da experiência da Grande Florianópolis nos Municípios que integram a nossa região e de maneira especial os maiores Municípios, no caso São José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis, nos quais o alinhamento das medidas ‒ e quando falo as medidas, não apenas a definição de restrições e funcionamento das atividades da economia, mas inclusive os procedimentos epidemiológicos do Município ‒ vem demonstrando um resultado mais eficaz do que ações tomadas de maneira individual.

Essa conciliação feita acabou nos aproximando e trazendo um diálogo mais facilitado com o governo do Estado ‒ e aqui eu aproveito para cumprimentar todos os Secretários presentes, o Secretário da Casa Civil; o Secretário da Fazenda, Paulo Eli; e o Secretário André Motta, da Saúde. Nas últimas duas semanas eu acho que nos reunimos pelo menos uma meia dúzia de vezes, tratando de maneira especial a necessidade de ampliação dos leitos hospitalares e os Municípios, não apenas com cobranças a serem realizadas ‒ óbvio que a cobrança também faz parte, afinal de contas a regulação é do Estado de Santa Catarina, porque a maioria dos hospitais que atendem às nossas regiões são hospitais da gestão estadual, com exceção de poucos filantrópicos ‒, mas nós somamos forças em várias medidas que devem dar resultado mais eficaz nos próximos dias, houve um avanço para poder vencer essa burocracia, inclusive, com a busca de apoio por parte dos Municípios.

Entretanto, cabe-me diante da análise, Presidente, apresentada aqui pela Secretaria da Fazenda dos recursos recebidos do governo do Estado, questionar o Estado de Santa Catarina, porque nós estamos trabalhando na maioria das vezes numa estrutura não preventiva e, sim, da consequência. O que nós desejamos é que o paciente não chegue até a UTI, não chegue até a estrutura hospitalar, e para isso é a estrutura de Atenção Básica bem elaborada e organizada que pode garantir isso, seja de experiências, como é o serviço de Telemedicina aqui de Florianópolis e de outros Municípios, seja cobertura pelas equipes do Saúde da Família, que precisa chegar a 100%, a necessidade de mais recursos humanos para se atender nas Unidades Básicas de Saúde.

E, nesse sentido, nós que tivemos uma redução representativa da nossa arrecadação municipal, assim como o Estado teve, essa queda da arrecadação fez com que muitas medidas de contenção de despesas acontecessem, mas na Saúde nós tivemos uma ampliação considerável das despesas buscando atender toda essa necessidade. E quando a gente analisa os recursos recebidos pelos Municípios, nós temos que levar em conta em grande parte recursos de origem do governo federal que, sim, chegou diretamente até a ponta na forma de recursos para apoio aos Municípios. Mas do Estado esse apoio aconteceu não de maneira direta às Prefeituras, mas, sim, aos hospitais filantrópicos o apoio para que isso possa se concretizar.

Então o primeiro questionamento é se existe por parte do governo do Estado uma política de transferência de recursos aos Municípios para melhoria da Atenção Básica? Acredito que melhorando a Atenção Básica a gente possa ter um resultado melhor nessa diminuição.

Fora isso, também questiono o governo do Estado ‒ a gente sempre fala que são questões comuns que podem interessar a todos os Prefeitos ‒, no apoio de estruturas de controle e monitoramento dos isolados que são contaminados. Hoje a gente volta a falar, a gente precisa trabalhar nessa ação preventiva, e você ter um controle dos isolados garante diminuir o nosso fator de transmissão tão buscado por todos aqui nesta reunião para que possa reduzir. Florianópolis já chegou a ter 1,3, conseguimos com as medidas de restrição e controle, hoje estamos em 1,08, mas isso ainda significa um crescimento acelerado, a gente precisa baixar de um. Para isso nós, aqui em Florianópolis, temos hotéis credenciados para isolar, mas medidas tecnológicas e outros que estamos implementando é necessário implementar em todas as regiões do Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Prefeito, trinta segundos.

**O SR. PREFEITO GEAN MARQUES LOUREIRO (Florianópolis/SC)** — Obrigado.

Se existe dentro da política do governo alguma medida voltada a isso, bem como os testes de poder realizar não apenas nos contaminados, mas também nos contatos não familiares, mas contatos de trabalho? Porque nós temos essa necessidade.

Então, respeitando o tempo, eu só coloco que a gente vê todo esse recurso, se existe alguma previsão de repasse para apoio aos Municípios nesse combate à Covid?

Parabéns pela iniciativa da Comissão de discutir o tema e parabéns a todos que fazem parte deste momento de buscarmos unir forças no combate à Covid.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Obrigado pela participação, Prefeito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — Pela ordem, senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Deputado Sargento Lima, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — Queria só pedir a autorização do senhor, saber se existe a possibilidade de inserir aqui o nosso Vice-Prefeito Nelson Coelho, da cidade de Joinville, que tem vontade de participar da reunião. Se existe a possibilidade de enviar o *link* para ele, aí eu já faço isso por aqui, pelo meu telefone.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Peço à assessoria que envie o *link* ao Vice-Prefeito de Joinville, por gentileza.

Com a palavra o Prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MAURÍCIO ESKUDLARK** — Pela ordem, Deputado Marcos Vieira. Só queria registrar a presença, acompanhando a sessão também o Deputado Maurício Eskudlark.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Deputado Maurício Eskudlark, feito o registro.

Prefeito Clésio Salvaro, vossa excelência com a palavra.

**O SR. PREFEITO CLÉSIO SALVARO (Criciúma/SC)** — Marcos, muito boa-tarde para você, muito boa-tarde aos Procuradores, doutor Fernando Comin, todos os Deputados, aos meus colegas Prefeitos e toda à equipe que está participando desta reunião muito importante.

Na verdade, eu também estou aqui com meu Vice-Prefeito, o Ricardo Fabris, o Secretário Acélio Casagrande, que é o Secretário Municipal e também foi Secretário de Estado. Nós estamos acompanhando muito atentamente e com muita preocupação, eu acho muito oportuna esta reunião. Inclusive, Marcos, para deixar muito claro aos integrantes do governo do Estado, eu fui um dos Prefeitos que em alguns momentos eu falei lá no início da pandemia, no início da segunda quinzena de março, de que era importante que o governo do Estado compartilhasse as decisões com os Prefeitos. Mas, infelizmente, nós não fomos muito ouvidos, ou fomos ouvidos demais que de repente o governo do Estado lavou as mãos e deixou para os Municípios todos esses problemas.

A verdade é que o Prefeito Gean Loureiro comentou que a regulação é do Estado, portanto o Estado não pode ver essa situação com indiferença. O Estado tem que participar com os Municípios, cabe-nos dar assistência básica, atuar de forma correta com todos esses dados que nós temos e, diga-se de passagem, o governo federal tem cumprido com tudo aquilo que tem prometido, com portarias, decretos, tem mandado o dinheiro para os Municípios.

A nossa grande dificuldade hoje, discutíamos ainda aqui há pouco, é que quase 20% dos trabalhadores na área da saúde estão afastados. Nós temos aqui um centro de isolamento para as pessoas que testaram positivo, e a grande dificuldade é colocar pessoas para trabalhar nesse centro, nós não encontramos pessoas. E aí quero aproveitar aqui a presença do doutor Fernando Comin, Procurador-Geral da Justiça, [e perguntar] como fazer? Até porque vamos fazer um chamamento, vamos fazer uma contratação emergencial, mas como faz uma contratação emergencial e daqui a pouco vem uma improbidade administrativa para cima do Prefeito. E olha que nós temos um cuidado extraordinário, vocês podem acompanhar, no Portal de Transparência da Prefeitura de Criciúma, criamos um *link,* como várias Prefeituras também fizeram, para mostrar exatamente de onde veio o dinheiro e para onde foi, da forma como foi. Então essa questão, Deputado Marcos, seria muito oportuna a gente também debater a falta de pessoal. De onde vem dinheiro a gente sabe. Do governo do Estado, Paulo Eli, nós não recebemos absolutamente nada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Mais um minuto.

**O SR. PREFEITO CLÉSIO SALVARO (Criciúma/SC)** — Aliás, vieram dez respiradores e ainda nós tivemos que comprar os monitores, Altamiro. Os vinte respiradores nós tivemos ‒ em parceria com o Hospital São José, que atende a região carbonífera, que atua de forma em parceria também com a macrorregião sul ‒ que comprar os monitores. O Estado sequer mandou os monitores. Então, essa é a questão que nós temos que debater: qual é a verdadeira participação do governo do Estado? Até porque cabe ao Estado fazer a regulação dessas internações. Então o Estado tem que participar conosco, não basta apenas baixar um decreto proibindo o transporte coletivo, baseado no quê? Em que estudo? Em que estatística se tem de conhecimento que é o transporte coletivo o grande propagador do vírus?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO CLÉSIO SALVARO (Criciúma/SC)** — As pessoas estão indo de um lado para o outro, agora estão indo com outros meios de transporte. Quando era no transporte coletivo, por ser uma concessão municipal, nós fazíamos a fiscalização, 100% usando máscara, para entrar no ônibus usar álcool em gel, 50% do máximo da lotação. Hoje o Município não tem mais esse controle. Então nós queremos ser chamados para ter essa discussão com o governo do Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Muito obrigado, Prefeito Clésio Salvaro.

Com a palavra o Prefeito de Lages, Antônio Ceron.

**O SR. PREFEITO ANTÔNIO CERON (Lages/SC)** — Boa tarde, Marcos Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Seja bem-vindo.

**O SR. PREFEITO ANTÔNIO CERON (Lages/SC)** — Boa tarde a todos os Deputados, todos os Prefeitos, em nome do Prefeito Orildo, nosso presidente, a todos os Secretários de Estado, de maneira especial o Secretário da Saúde.

Eu queria bem rapidamente, não sendo repetitivo, aqui agradecer o Celso Rogério, presidente da Amures, que me delegou essa oportunidade de falar em nome dos dezessete demais Prefeitos da nossa região.

Desde o início nós, aqui da Amures, procuramos trabalhar em comum acordo, sempre com reuniões para que, na medida do possível, pudéssemos ter uma maneira uniforme de funcionamento, inclusive com decretos mais ou menos na mesma linha. E, na última semana, tivemos inclusive os decretos formulados e, no final de semana, três Municípios da região que restringiram um pouco mais as ações aqui da nossa região. Mas, enfim, até dias atrás nós estávamos numa situação de relativa tranquilidade, mesmo sabendo que com a chegada da parte mais forte do inverno, o frio, a nossa região estaria mais propensa a acelerar a questão da Covid-19 e, infelizmente, isso aconteceu.

Ao governo do Estado eu compartilho com as palavras do Prefeito Clésio Salvaro. Mas eu queria me ater, para ser objetivo e até para otimizarmos o tempo, que nós iniciamos no dia 16 de março esse trabalho do coronavírus e tínhamos dezenove leitos de UTI. Hoje é dia 20 de julho e nós continuamos com dezenove leitos de UTI. E o que aconteceu? Até dez dias atrás nós estávamos numa relativa tranquilidade, mas na semana passada nós tivemos 100% de utilização dos leitos de UTI. Nós temos agora uma expectativa de dez novos leitos de imediato para o Tereza Ramos, e ali eu peço atenção especial do Secretário André na questão da montagem, de colocar em funcionamento esses dez leitos numa ala atual do Tereza Ramos. Porque está mais ou menos programado para final de agosto uma ala nova, mas eu entendo e converso com o diretor Fábio Lage, do Tereza Ramos, a maneira desta semana colocar em funcionamento dez leitos no Tereza Ramos.

E nós conseguimos também dez leitos no Nossa Senhora dos Prazeres, estamos em tratativas bem adiantadas, eles estão montando, estão preparando a contratação de pessoal e até quarta-feira é a nossa expectativa que nós teremos dez leitos novos de UTI no Nossa Senhora dos Prazeres, o que de fato vai dar uma relativa tranquilidade para estas próximas semanas que nós entendemos, pelas orientações de médicos e técnicos, que teremos o ponto mais grave, mais agudo, mais alto do coronavírus aqui na nossa região.

Então queria fazer um pedido todo especial, André, o senhor tem tratado a gente com tanta presteza, gentileza, mas de prático mesmo nós precisamos dos leitos de UTI. Nós vimos os números que Santa Catarina...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O senhor tem trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO ANTÔNIO CERON (Lages/SC)** – ...é um Estado que mais colocou à disposição leitos de UTI, mas em Lages até o momento nós continuamos com os mesmos dezenove leitos de UTI do início do mês de março.

Então os dezoito Prefeitos da região pediram para eu ser porta-voz nesta reunião aqui tão oportuna: por favor, precisamos de leitos de UTI em Lages, na região serrana.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Obrigado, Prefeito Antônio Ceron, da cidade de Lages.

Com a palavra o Prefeito de Tubarão, ex-Deputado Joares Ponticelli.

**O SR. PREFEITO JOARES PONTICELLI (Tubarão/SC)** – Boa tarde, Presidente Marcos, a todos os Deputados, aos colegas Prefeitos, ao Procurador-Geral da Justiça, aos Secretários da Fazenda e da Saúde, a todos que participam desta audiência pública.

A nossa situação aqui no sul do Estado como um todo, mas especialmente na região da Amurel, é de muita angústia. Nós estamos há duas semanas em estado gravíssimo, nós temos apenas o Hospital Nossa Senhora da Conceição, aqui de Tubarão, com leitos UTI Covid habilitados para atender uma população de 370 mil habitantes. Nós temos até agora, infelizmente, apenas doze leitos habilitados e mais cinco em processo de habilitação de UTI adulto e mais cinco pediátricos. Então, vejam que isso é absolutamente insuficiente para atender a região inteira.

Nós temos hoje ocupados 28 dos 30 leitos Covid no total, nós temos 2 leitos particulares livres no [Hospital] Socimed, o Senhora da Conceição está atendendo no extrateto, inclusive aguardando esse credenciamento, essa habilitação. A última manifestação do hospital à Secretaria de Estado da Saúde foi no dia 22 de junho, colocando esses 5 leitos para habilitação, e até agora nada aconteceu.

Quando o Helton Zeferino ainda era o Secretário... tem algum microfone aberto aí, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Desliguem os microfones, por gentileza.

Continue, Prefeito Joares Ponticelli, ligue o seu microfone.

**O SR. PREFEITO JOARES PONTICELLI (Tubarão/SC)** – Quando o Helton Zeferino ainda era o Secretário da Saúde, há mais de cem dias foi anunciado pelo governo do Estado de que o hospital de Laguna seria referência regional sul em Covid, onde seriam implantados dez leitos. Até agora só conversa e nenhuma ação, os leitos não foram implantados, nem em Laguna, nem em Braço do Norte, nem em Imbituba, nem credenciados novos leitos no Nossa Senhora da Conceição, bem como não foram credenciados os leitos privados que a Socimed ofereceu ainda na gestão do Secretário Helton.

O Secretário André esteve aqui trinta dias atrás, visitou Tubarão, visitou Laguna, visitou Imbituba, mas de concreto nada aconteceu. Inclusive na semana passada, numa entrevista, o Secretário fez referência a números, recursos que teriam sido transferidos para a Prefeitura de Tubarão, o que é absolutamente inverídico. Mas isso nós já fizemos uma interpelação judicial e vamos discutir no âmbito da Justiça porque aqui a gente não deve tratar das questões, e longe de querer politizar.

O que eu acho é que nós estamos abandonados, o Estado tem falado muito e agido pouco. A nossa região pede socorro, há duas semanas já tivemos que adotar medidas drásticas aqui, não é fácil ter que fazer quarentena novamente, é muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO JOARES PONTICELLI (Tubarão/SC)** – Na semana passada, no domingo, o TJ confirmou de forma que hoje os dezoito Municípios da Amurel estão em quarentena exatamente para a gente desacelerar e diminuir o sofrimento e as mortes que continuam acontecendo em grande escala aqui no Hospital Nossa Senhora da Conceição, lamentavelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Obrigado, Prefeito Joares Ponticelli.

Com a palavra o Prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt.

**O SR. PREFEITO MÁRIO HILDEBRANDT (Blumenau/SC)** – Obrigado, Deputado Marcos Vieira, pela oportunidade, parabéns por este debate. Eu quero saudar todos os colegas Prefeitos que já me antecederam na palavra, nosso Procurador, Fernando Comin, também o Secretário André que está presente e os demais Deputados.

Eu quero destacar aqui que nós temos um grande desafio na nossa região, reiterando aquilo talvez que o Prefeito Ponticelli falou, da dificuldade que o Prefeito Antônio Ceron falou, do nosso esgotamento dos leitos de UTIs, apesar de termos feito duas ampliações importantes, saímos de 43 para 63 leitos de UTI , e agora estamos saindo de 63 para 94 leitos de UTI numa parceria com os hospitais de Blumenau.

E aqui eu quero até reconhecer e apoiar o Secretário André e agradecer-lhe o apoio na questão dos ventiladores e agora alguns monitores recentemente também para poder desenvolver essa ampliação. Mas nós estamos sofrendo aqui na nossa região pela talvez não eficácia do Estado na região do Alto Vale do Itajaí, e também na dificuldade de implantação de leitos na Foz do Rio Itajaí e até na Granfpolis.

Nós temos aqui dos nossos noventa e poucos leitos de UTI no total da região, estamos com uma ocupação de 107%, ou seja, tem pessoas fora de leitos de UTI em outros locais esperando atendimento; destes, 25% são de fora da nossa região, da Ammvi, dos 14 Municípios ‒ depois o presidente pode falar isso com mais propriedade, eu não consegui acompanhar desde o início e não sei se ele falou ‒ e desses 22, 8 são do Alto Vale do Itajaí, 7 são da Foz até ontem, e acho que 3 da Granfpolis e alguns de outros locais de Santa Catarina também.

Isso tem trazido uma dificuldade grande para que a gente possa enfrentar essas ações de combate ao coronavírus. A cidade de Blumenau chegou ontem a 97% dos leitos já implantadas, os 63, e agora vai começar a implantação dos 25, que eu chamo de leitos de guerra, e há uma perspectiva que eles aguentem uma semana o repuxo frente à demanda de pessoas que estão para vir de outros lugares inclusive de Santa Catarina. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

A nossa cobrança tem sido muito clara de que haja uma efetiva, um cumprimento da promessa de implantação dos 39 leitos lá na região do Alto Vale do Itajaí, nenhum leito foi implantado naquela região, e naturalmente usando aquilo que a gente usa, até para quem veio do Alto Vale, os doentes vêm pelo rio, ou seja, pela correnteza, vêm para a nossa região e isso acaba impactando...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO MÁRIO HILDEBRANDT (Blumenau/SC)** — E além disso, faltou a implantação de mais dezoito leitos no Hospital Oase, de Timbó, também para fundamentar esse processo.

Mais uma vez, Presidente, parabéns pela discussão, e eu acho que vamos conseguir caminhar firmes para podermos atender à população. Blumenau decretou quarentena hoje também, para tentar superar esse desafio, apesar dos Municípios da Ammvi não terem aceito a proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Muito obrigado.

Vamos ouvir o Prefeito de Braço do Norte, Roberto Kuerten. (*Pausa.*) Bom, o Prefeito de Braço do Norte não entrou, mas se entrar terá direito à palavra.

Vamos ouvir agora o Prefeito de Caçador, Saulo Sperotto, que foi presidente da Fecam.

Seis pessoas já fizeram uso da palavra e como já são muitos questionamentos, e para não acumular mais, eu vou conceder em seguida da fala do Prefeito Saulo a fala ao Secretário André, para que ele possa responder os questionamentos dos senhores Prefeitos.

Com a palavra o Prefeito de Caçador, Saulo Sperotto.

**O SR. PREFEITO SAULO SPEROTTO (Caçador/SC)** — Boa tarde, Deputado Marcos Vieira, Presidente da nossa Comissão; Deputados; Procurador-Geral do Ministério Público, Comin; Presidente da Fecam, senhor Orildo; e todos os nossos companheiros Prefeitos e Prefeitas que nos assistem.

Esta reunião é muito importante, gostaria de parabenizá-lo e dizer que aqueles que me antecederam, automaticamente, já fizeram uma explanação clara e óbvia de todas as ações, preocupações que estão nos Municípios, sem dúvida alguma. Não diferente de Blumenau, não diferente de Tubarão, não diferente de Lages, a nossa grande preocupação, Secretário André... e quero dizer aqui que sempre fomos atendidos na parte do diálogo, da conversa, mas é necessário agora, Secretário André, sabermos das dificuldades, para que a gente possa ampliar... a nossa preocupação local e regional, a exemplo de Caçador, nós tínhamos dez leitos iniciais, passamos para dezesseis leitos de UTI, todos credenciados e agora nos últimos dias nós estamos superlotando, porque a Regulação traz diversas pessoas de outros Municípios, obviamente, para serem atendidos aqui no Município de Caçador. [Isso vem] nos preocupando muito com relação à incidência, porque Caçador ainda é o único, aqui da nossa região e do Estado, que está em amarelo, mas mesmo assim, nós nos preocupamos e queremos ampliar toda a parte de leitos de UTI.

Então é necessário, Secretário, nós gostaríamos de ver com o nosso governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria da Saúde, a possibilidade real de monitores e de respiradores para o Município de Caçador. Nós somos parceiros, já aplicamos recursos, já compramos equipamentos anteriormente para equipar e agora queremos fazer novamente isso, porque é um patrimônio que vai ficar no hospital e nós queremos aplicar, para que fique muito claro, o hospital abre portas. A nossa maior preocupação, aqui da região da Amarp, é principalmente que não haja um colapso hospitalar, então a nossa preocupação é ampliar os leitos e precisamos do governo do Estado de Santa Catarina para que possa nos...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO SAULO SPEROTTO (Caçador/SC)** — (*Ininteligível*) o procedimento para que a gente possa ampliar todo esse processo com os leitos.

Então a Fecam, o nosso presidente Orildo, sempre soube do processo, sempre procurou participar efetivamente para que houvesse dados importantes para que (*ininteligível*), para que os Municípios regionalmente tomassem as decisões, claro, obviamente que em conjunto com o governo do Estado de Santa Catarina.

Era essa a nossa tratativa, e quero desejar uma ótima reunião a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Obrigado, Prefeito Saulo Sperotto.

Com a palavra o Secretário André Motta, por até cinco minutos, para que possa fazer as considerações inicias.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO (SC)** — Cinco minutos...

Bom, senhores, a questão colocada pelo Prefeito Gean, precisamos de novo lembrar que a Atenção Primária tem responsabilidade dos Municípios e já foi mostrado aqui que foram distribuídos 701 milhões para os Municípios catarinenses para esse enfrentamento, além de toda a distribuição de EPIs, testes rápidos e outros que vieram do Ministério da Saúde. Então, quando se cobra do Estado que se faça leito de terapia intensiva e regulação, que é papel do Estado, também é papel do Município trazer qualificação para a Atenção Primária, e entendemos que é dessa forma que tem que ser. Lembrando que na Portaria 480, definido em CIB, inclusive em parceria e por proposta do Estado, distribuímos R$ 2,88 *per capita* para os Municípios, para ajudar neste enfrentamento.

A questão de compartilhamento de decisões é importante, respondendo a todos os Prefeitos, quando a gente percebe a transmissão desigual do vírus no Estado. É importante que a gente entenda a dificuldade regional, cada localidade tem a sua dificuldade e ninguém mais do que o gestor municipal para entender onde pode e deve fazer a intervenção. Obviamente com o apoio do Estado, um combo de ferramentas e inteligência digital já disponibilizados para a tomada de decisão e as discussões que nós estamos fazendo com os senhores diariamente, para essas questões de intervenção pontual, mas com chancela e parceria do Estado, tanto que na sexta-feira o Estado tomou algumas atitudes para que consiga ajudar, também nesse gerenciamento de crise, principalmente, as áreas tidas como gravíssimas, que são as vermelhas.

Então essa questão de que o Estado lavou as mãos, não é bem assim, há um pleito antigo dos Municípios e da própria Fecam, lembrando que Fecam e Cosems têm representantes dentro do Coes, participam dessas conversas e entendem as necessidades. Então o que nós queremos aqui na verdade é um compartilhamento de decisão, até para que se facilite a fiscalização dessas decisões. É muito importante a parceria do Município e do Estado na tomada de decisão e na fiscalização dos processos. O Município tem uma capilaridade muito maior do que o Estado nessas questões.

O transporte coletivo foi trazido como uma necessidade de intervenção, porque é muito claro que quando se diminui a circulação das pessoas, diminui-se a velocidade de transmissão do vírus. Isso é fundamental para que a gente consiga ter um fôlego para estruturar ainda mais serviços de saúde, lembrando que os hospitais manifestam a vontade de ter e a possibilidade de ter leitos de terapia intensiva. Tubarão, por exemplo, tem tido contato frequentemente, eu conheço muito bem o diretor técnico de lá, e a gente conversa diariamente, praticamente, na tentativa de entender a necessidade do hospital.

O hospital manifestando a possibilidade de colocar mais leitos, assim como os outros hospitais, o Estado vai, sim, dar apoio em equipamentos e recursos que são advindos desses leitos. Laguna foi visitada por mim de fato e o próprio Município manifesta que só tem condição de colocar UTI a partir do dia 29 deste mês, por conta de uma reforma que foi necessária naquela localidade.

Estamos discutindo, com Içara e com Imbituba, leitos novos para que a gente consiga aumentar o quantitativo na região. São trinta leitos de terapia intensiva já trazidos para dentro de Criciúma, e eu preciso dizer ao Secretário Acélio e ao Prefeito, que nós estamos à disposição para discutir com os senhores, inclusive já ofertei mais vinte respiradores e monitores e a habilitação de leitos, basta o hospital se manifestar.

Em Tubarão, o Nossa Senhora da Conceição não há de se falar em extrateto, pois é um hospital que até ano passado não recebia recursos do Estado, mas dentro da política hospitalar catarinense recebe o teto máximo. É um hospital que recebe 2 milhões, por mês, da política hospitalar estadual, sem necessidade de comprovação de produção, justamente para que tenha essa condição econômica de colocar leitos à disposição. Construir leitos de terapia intensiva não é fácil para ninguém, nem para o Estado, nem para o Município, nem para o hospital, mas a gente há de entender a responsabilidade de cada um nesse processo. Então um hospital que recebe 2 milhões por mês de teto da política, ele tem, sim, que ofertar serviços de terapia intensiva ao enfrentamento da Covid,

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Trinta segundos, Secretário.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO (SC)** — Lembrando que são cinco leitos já habilitados naquele hospital e ainda não disponibilizados.

Em Blumenau, temos mais 25 leitos, que o Estado encaminhou equipamentos e outros para a habilitação. Lembrando que dos 618 leitos, que estão habilitados ou em processo de habilitação, nós temos neste momento no Estado apenas 550 disponibilizado pelos hospitais, temos que discutir essas necessidades também.

Infelizmente o tempo acabou, tenho outras coisas para falar, mas estou à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Com a palavra o Prefeito de Concórdia, Rogério Luciano Pacheco. Seja bem-vindo.

**O SR. PREFEITO ROGÉRIO LUCIANO PACHECO (Concórdia/SC)** — Obrigado.

Boa tarde, Presidente Marcos Vieira, todos os Deputados que aqui estão. Também quero saudar o Secretário de Saúde do Estado, André Motta, o Secretário de Finanças, enfim, todo o corpo técnico do governo do Estado, os colegas Prefeitos e Prefeitas.

Concórdia é um Município que no início da pandemia teve que protocolar todas as ações preventivas com relação às restrições que eram colocadas no início. Acreditamos que a nossa estratégia vem dando certo. Nós tivemos um momento complicado, tivemos, sim, e eu quero aqui ressaltar o amparo por parte do Secretário André na época, que assumiu a Secretaria, no sentido de disponibilizar ao nosso Hospital São Francisco alguns respiradores e isso nos auxiliou naquele momento. Também, claro, que a nossa estratégia, como eu falei, de fazer, e não só bancar as tomografias vinculadas ao Hospital São Francisco, isso nos auxiliou a diagnosticar quem estava com Covid e quem não estava, e a testagem também que nós estamos fazendo aqui no Município em parceria com outras instituições, enfim, a própria iniciativa privada vem dando resultados muito importantes para todos nós aqui.

Hoje, Concórdia proporcionalmente é o Município que mais testa em Santa Catarina, já chegamos a 17% da nossa população testada. Isso vem fazendo com que a gente consiga diagnosticar de forma precoce quem está com o coronavírus, isolar essas pessoas e evitar que a contaminação, que essa pessoa venha a receber, seja utilizada na estrutura do hospital, ela está sendo tratada em casa, isso vem auxiliando muito. Tanto é verdade que, agora nesse período, os nossos números estão controlados, o nosso termômetro é o Hospital São Francisco. O quadro hoje é bem confortável, eu diria, no sentido de que nós temos três pessoas, quatro pessoas na UTI com Covid-19, duas delas pela regulação do Estado, em que nós estamos recebendo pacientes de Rio do Sul e de Itapema e nós não estamos questionando isso...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO ROGÉRIO LUCIANO PACHECO (Concórdia/SC)** — A única coisa que gostaríamos que o Estado reavaliasse, essa questão da regulação, porque são pacientes vindos de outros Municípios, de muito longe e têm problemas de saturação e chegam aqui numa situação muito complicada.

Outra coisa, aquilo que os outros colegas já falaram, com relação aos recursos diretamente aos Municípios. Os hospitais têm recebido esses recursos, nós temos repassado, mas o Município tende essa necessidade e seria importante que se fizesse isso também.

Com relação ao nosso envolvimento dentro desse processo, a gente está à disposição para que possamos conjuntamente construir e combater o coronavírus de uma forma responsável e acima de tudo ter a consciência de que ele só vai acabar quando tiver a vacina para eliminarmos o vírus. Então nós temos que ter esse trabalho de conscientização da sociedade e de todos nós.

E é isso que gostaríamos de deixar aqui, a nossa mensagem, colocando-nos à disposição e esperando que essa questão, como falou o colega Gean Loureiro, da estrutura de Atenção Básica, eu vejo que esse é um ponto fundamental para que possamos continuar fazendo esse trabalho de combate ao coronavírus.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Muito obrigado, Prefeito Rogério Pacheco.

Com a palavra o Prefeito de São Miguel do Oeste, Wilson Trevisan.

**O SR. PREFEITO WILSON TREVISAN (São Miguel do Oeste/SC)** — Boa tarde a todos, ao Presidente da Comissão, da audiência pública, Deputado Marcos Vieira, também ao nosso Procurador do Estado, o senhor Comin, ao Secretário e aos Prefeitos que estão neste momento assistindo.

 Eu queria passar rapidamente duas sugestões em relação a esse procedimento de agora para frente e até acho que em alguns aspectos ele pode ser corrigido.

Primeiro, já que se determinou as regiões, para se discutir isso, que fique com as regiões, para não acontecer aquele mal-estar como aconteceu com Joinville e que se converse antes de se tomar alguma medida, incluindo uma região neste ou naquele procedimento por um decreto, então que se mantivesse isso. O segundo aspecto é que se pensasse em estruturar uma rede regional. Você vê aqui na nossa região, nós temos vários hospitais daqueles filantrópicos, que são entidades que podem absorver pacientes do Hospital Regional no momento em que nós vamos chegar ao pico, acredito que pelo dia 10 de agosto.

Então, eu penso que, talvez, essas duas sugestões pudessem ser levadas ao Secretário, para se trabalhar na melhor infraestrutura e apoio aos hospitais filantrópicos, para descarregar um pouco a questão regional, como bem vem falando os Prefeitos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Agradeço ao Prefeito Wilson Trevisan.

Com a palavra o Prefeito de São José do Cedro, Antônio Plínio de Castro Silva, representando a Ameosc, a Amerios, a Amnoroeste e a Amosc.

**O SR. PREFEITO ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA (São José do Cedro/SC)** — Gostaria de saudar todos os parlamentares, em nome deles saudar todos os parlamentares que nos acompanham. Quero da mesma forma cumprimentar o Secretário da Saúde, que ainda está na sala, a nossa saudação em nome do o Presidente da Fecam, Prefeito Orildo Severgnini, saudar todos os demais Prefeitos presentes, uma saudação especial ao Procurador-Geral de Justiça, doutor Fernando Comin, creio que o nosso Município foi o Município estreante dele, deixou vários amigos no serviço prestado para a comunidade que não tiveram essa...

Vou tentar ser objetivo para não ser redundante, mas a missão aqui é árdua, solicitaram-me para falar em nome de 4 microrregiões, isso contempla 64 Municípios, 580 mil habitantes. Creio que das nossas 4 microrregiões, nós temos hoje uma em situação no nível de classificação gravíssimo, uma vez que ela está acoplada à região de saúde da região de Xanxerê, duas em situações grave e uma com risco alto, que é a nossa mais distante do extremo-oeste.

A nossa primeira observação, aproveitando a presença do Secretário André, é que se nós observarmos o número de leitos de UTIs apresentado pelo Estado versus cada dez mil habitantes, coincidentemente as duas regiões mais distantes do centro do poder, que é o extremo-oeste e o extremo-sul de Santa Catarina, são as duas [regiões] com menor índice, ou seja, 1,7 leitos para o extremo-sul e 1,75 leitos para o extremo oeste. Então que a Secretaria de Saúde passe a observar isso também, embora já houve alguma ampliação na nossa região, no extremo-oeste.

Nós temos uma situação um tanto quanto confortável no dia de hoje, mas este assunto muda a cada semana ou a cada 10 dias. Então daqui a pouco tudo aquilo que a gente costuma manifestar no dia de hoje, daqui 15 dias poderá ser diferente. Nós estamos observando que na nossa região a cada duas semanas quase dobra o número de notificados. E eu tenho a impressão que hoje a região mais estrangulada, talvez seja a região da Amosc, com cede no Município de Chapecó.

O Hospital Regional do Oeste é o que atende aquela região...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA (São José do Cedro/SC)** — ...da Amosc e de outros Municípios, e a maior necessidade é de profissionais para atendimento especializado e de médicos intensivistas, de enfermeiros, de materiais para o atendimento dos hospitais, para as UTIs e assim por diante.

Nós estamos satisfeitos com a portaria que determinou a regionalização das ações por ação da saúde. Gostaríamos que o Estado preservasse essa condição, para que nós pudéssemos definir pela nossa região.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Abre o microfone para o Prefeito. Encerrou, Prefeito? Encerrou.

Com a palavra o senhor Altamiro Bittencourt, representando a Associação de Hospitais de Santa Catarina (Ahesc).

**O SR. ALTAMIRO BITTENCOURT** — Boa tarde, senhores.

Na condição de presidente da Ahesc, nós temos o maior prazer de participar desta audiência pública, quando vemos pessoas importantes preocupadas com os hospitais filantrópicos, citando o nosso trabalho.

Eu queria registrar o agradecimento ao Prefeito Orildo, Presidente da Fecam, que tem trabalhado intensamente em prol dos hospitais filantrópicos; a própria Assembleia Legislativa, quando os quarenta Deputados estão sempre nos apoiando, apresentando projetos de leis importantes que nos dão a garantia de um bom atendimento.

Eu queria neste momento dizer que quando se fala em credenciamento de leitos de UTI, atrás disso tem custos. Nós temos que contratar médicos, nós temos que contratar enfermeiros, nós temos que contratar técnicos de enfermagem, além do pessoal da higienização, da alimentação, então tem um custo muito grande.

Então nós queríamos pedir ao Secretário da Saúde de Santa Catarina, doutor André, muito atencioso por sinal, que ele agilize o credenciamento, a habilitação desses leitos junto ao Ministério da Saúde. Ele pode usar a Secretaria de Articulação Nacional para fazer a fonte de credenciamento e agilizar, porque nós temos que ter esses recursos para que possamos manter os nossos colaboradores, como médicos, enfermeiros, todos em dia, e também os fornecedores, nós temos que pagar os fornecedores. Aproveito para pedir ao Secretário a participação do Estado, da Secretaria do Estado da Saúde, no fornecimento de insumos, como sedativos, anestésicos, relaxantes musculares, que ele incentive, que ele doe, que ele forneça, porque o Estado também está recebendo dinheiro do Ministério da Saúde e poderia então financiar esses recursos para os hospitais.

Então nós precisamos de mais agilidade do Estado, não é que quero fazer uma crítica, mas é observar, eu vejo que todos os Prefeitos estão falando de credenciar leitos de UTI e tal, mas nós precisamos que o Estado seja mais ágil, que saia da burocracia e vá para prática como falou o Prefeito Joares Ponticelli, vamos sair do discurso e vamos para a parte ativa, para a parte de realização.

Graças a Deus os hospitais são parceiros e queremos colaborar com o Estado, porque nossa maior missão é...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** —Trinta segundos, senhor Altamiro.

**O SR. ALTAMIRO BITTENCOURT** — Neste momento, que nós estamos aqui discutindo, tem um médico, tem um enfermeiro lá salvando a vida de um paciente.

Então, queremos registrar aqui o agradecimento aos senhores, inclusive ao Procurador Fernando Comin o seu trabalho, e quero registrar mais uma vez o nosso agradecimento ao Prefeito Orildo.

Acredito que esta audiência pública vai trazer resultados positivos, porque vocês realmente são quem decide, para que possamos ter condições para melhor atender a nossa população.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Obrigado.

O diretor-geral do Hospital Santa Terezinha abdicou da fala, porque alega que vai ficar repetitivo.

Vamos exibir três pequenos vídeos de quarenta segundos cada um, que é do Fábio Lunckes, diretor do Hospital São Paulo, de Xanxerê, do senhor Gabriel Stanck, diretor do Hospital Frei Rogério, de Anita Garibaldi, e do senhor Tarcísio Steffen, que é o diretor executivo da Associação Renal Vida, de Blumenau. (*Falha na transmissão. Pausa.*)

Assessoria, o som do vídeo, por gentileza. [*Transcrição:**Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Enquanto a assessoria da Casa verifica o problema do vídeo, vamos convidar para fazer uso da palavra o Vice-Prefeito da cidade de Joinville, senhor Nelson Henrique Coelho.

**O SR. VICE-PREFEITO NELSON HENRIQUE COELHO (Joinville/SC)** - Deputado Marcos Vieira, Fernando Comin, nosso Procurador, o que mais nos deixa perplexo é a falta de diálogo com as Prefeituras.

Eu quero agradecer a essa postura da Casa, da Casa do Povo em fazer esta audiência pública para que as Prefeituras sejam ouvidas. Enquanto a maioria dos Prefeitos percebe e conhece melhor a sua cidade, a sua região, o seu povo e a sua economia, eles estão sendo pouco ouvidos. Enquanto muitos falam em ampliar o horário de atendimento para que se diminua a concentração, nós estamos vendo, muitas vezes, os decretos são: redução de horário, aumento da concentração de pessoas e assim a maior contaminação de pessoas.

O Estado tem participado muito pouco nas estruturas de saúde, o próprio exemplo de Joinville, se não fosse as empresas privadas na construção e concepção do Centro de Triagem, se não fosse a capacidade de administrar a própria saúde, que é a única cidade que tem um hospital municipal administrado pelo Município, nós estaríamos em situação pior do que estamos hoje.

Os Prefeitos são aquelas pessoas que mais conhecem a sua realidade e eles não estão sendo ouvidos. Quando ouço a fala do nosso Secretário parece que é um mundo perfeito na tomada de decisões e não é o que a gente percebe aqui na ponta.

Senhores Deputados, os senhores são os maiores representantes do povo catarinense e os senhores conhecem cada recanto deste Estado, parabéns pela audiência pública e que o diálogo realmente volte a prevalecer na relação entre Estados e Municípios.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** - Agradeço a participação do Vice-Prefeito de Joinville, senhor Nelson Coelho.

Vamos ouvir, por até cinco minutos, o Secretário André Motta Ribeiro.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** - Começando por Joinville então, Vice-Prefeito Nelson Coelho, lembrando que é o Hospital Bethesda, que está sendo organizado agora com convênio via Prefeitura, recebeu do Estado de Santa Catarina dez respiradores e dez monitores; o Hospital Regional São José, que é do Município, recebeu trinta equipamentos para organizar aquela unidade de terapia intensiva. Um hospital que até o ano passado não recebia recursos do Estado e passa a receber então R$ 1 milhão por mês para fazer esse enfrentamento. Se isso é pouco, então eu começo a achar que nós temos que sentar mais para conversar. Diálogo é a palavra de ordem da Secretaria de Estado de Santa Catarina.

Quando o Altamiro, meu querido Altamiro, fala que precisamos ajudar mais os filantrópicos... Em 2018 o Estado de Santa Catarina passou R$ 90 milhões aos filantrópicos desse Estado; em 2019 foram 180, este ano são R$ 300 milhões, R$ 25 milhões por mês mais os recursos de habilitação de leitos de terapia intensiva, que para cada dez leitos, lembrando aos senhores, são R$ 1.440 milhão para noventa dias.

E quando se fala em burocracia na verdade se fala em legalidade de processos administrativos e jurídicos, porque daqui um pouquinho ninguém mais vai lembrar da Covid e o Tribunal de Contas vai estar em cima dos hospitais dos senhores e também desse Secretário.

Lá em Xanxerê, nós temos uma dificuldade, que o Fábio não conseguiu comentar, mas é importante que se diga: as distâncias da capital não determinam o quantitativo de leitos, mas, sim, a intenção do hospital de assim o fazê-lo. Naquela região nós temos hospitais com leitos habilitados, ainda não ativos, que já receberam recursos. E temos uma situação bastante interessante lá, em Xanxerê, que é um bloqueio de contas do Estado, fazendo com que se pague duas vezes pelo mesmo objeto. Aí é um bloqueio judicial. A questão do distanciamento da capital não é o que determina esse quantitativo de leitos aos senhores.

Eu estou meio confuso quanto essa questão da portaria de descentralização, porque alguns querem mais participação do Estado e outros querem menos. Aí, fica um tanto quanto difícil, mas a gente vai continuar fazendo essa discussão. Isso é fundamental. Esse é o momento de nós construirmos um processo de segurança, lembrando que o Cosems entregou um documento à Secretaria de Saúde do Estado solicitando que assumisse a responsabilidade pelas regiões todas de Santa Catarina. Mas nós vimos aqui, a necessidade dos Prefeitos, como em Chapecó, de ter autonomia. E esse é um detalhe importante dessa discussão porque nós precisamos achar um ajuste fino. A responsabilidade de cada um e o que cada um pode fazer pelo sistema. Eu tenho certeza que a intenção de todos os senhores, como é a do Estado de Santa Catarina, é a construção de segurança em saúde pública para este Estado.

De novo, repetindo, foram R$ 105 milhões repassados pela política hospitalar catarinense aos filantrópicos, fora o que já foi encaminhado de emendas, que é direito dos senhores, e também de habilitação de leitos de terapia intensiva.

E a Concórdia, meu amigo Rogério, Prefeito de Concórdia, eu quero parabenizar o senhor pela capacidade de enfrentamento que aquele Município mostrou. Foi o primeiro Município do Estado que teve esgotamento da sua capacidade. O Estado prontamente dobrou o quantitativo de terapia intensiva naquele Município, inclusive levando equipamentos por avião, e com discussões diárias com meu colega doutor Juliano, que é o diretor-técnico, e nós conseguimos - até por uma qualidade também do próprio hospital - fazer o enfrentamento respiratório, tomografando os pacientes e diminuindo o impacto do dessa doença lá em Concórdia.

Essa é uma proposição da Secretaria de Estado que se discuta de fato monitoramento do paciente, protocolo de atendimento, porque só montar leito de UTI não é o suficiente. Nós precisamos discutir, sim, diminuição da circulação das pessoas e como qualidade de atendimento e de ingresso dessas pessoas na rede de assistência.

Então, mais uma vez, parabéns à Concórdia, ao Hospital São Francisco, que foi extremamente hábil nesse enfrentamento. E é uma cidade que tem o maior número de testes, até por uma questão da característica das empresas que lá se encontram, mas de qualquer forma essa questão de testagem é fundamental. Nós estamos tentando adquirir esses testes, lembrando que os Municípios receberam R$ 700 milhões do governo federal também para aquisição de testes rápidos e outras necessidades do sistema.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** - Senhoras e senhores, vamos para o terceiro e último bloco de Prefeitos e de entidades.

Já estão prontos para serem exibidos os três pequenos vídeos, o vídeo do Hospital São Paulo, de Xanxerê, pelo Fábio Lunckes; do senhor Gabriel Stanck, que é o diretor do Hospital Frei Rogério, de Anita Garibaldi; e do senhor Tarcísio Steffen, que o diretor executivo da Associação Renal Vida, de Blumenau. Por gentileza, os vídeos.

(*Procede-se à projeção de três vídeos, do senhor Fábio Lunckes, diretor do Hospital São Paulo, de Xanxerê; do senhor Gabriel Stanck, diretor do Hospital Frei Rogério, de Anita Garibaldi; e do senhor Tarcísio Steffen, diretor executivo da Associação Renal Vida, de Blumenau, através dos quais manifestam as dificuldades enfrentadas e encaminham solicitações.*)

Senhor Secretário, nós cortamos alguns vídeos ainda, mas os Deputados-membros da Comissão Especial e outros Deputados realmente, todos os dias, recebem em seus WhatsApp, enfim, *e-mails* e outros meios de comunicação reclamações generalizadas dos hospitais quanto à demora dos repasses. Alegam que os recursos do governo federal vêm por intermédio do governo do Estado e que o prazo do repasse é de cinco dias, mas leva, como diz o Hospital São Paulo, sessenta dias, noventa dias para ser repassado.

Inclusive há projeto de lei tramitando nesta Casa determinando que realmente cumpra-se o prazo de cinco dias desses repasses. O senhor vai poder falar sobre isso depois, mas os Deputados sentem essa aflição dos hospitais de Santa Catarina, em especial, dos hospitais filantrópicos que têm contribuído muito. Nós temos uma rede de hospitais filantrópicos em Santa Catarina extraordinária, exemplo para o Brasil.

Mas vamos continuar. Para finalizar esse terceiro grupo, eu chamo o senhor Ilmar Dalla Costa, superintendente da Uvesc, União dos Vereadores de Santa Catarina. Ele está conectado? (*Pausa.*)

Não estando, com a palavra o Prefeito Matias Kohler, representando a Ammvi, a Amfri e a Amavi.

**O SR. PREFEITO MATIAS KOHLER** **(Guabiruba/SC)** - Boa tarde, senhor Presidente Marcos, cumprimentando-o cumprimento os demais Deputados, todos os Prefeitos, assessores, enfim, todos que acompanham esta audiência pública.

E, rapidamente, o Prefeito Mário de Blumenau já mostrou e já citou anteriormente toda a nossa preocupação como Associações, tanto a Amfri, Ammvi e Amavi, justamente quanto à dificuldade da nossa estrutura hospitalar e da capacidade dos leitos, que hoje já ultrapassaram os 100% de ocupação, tanto leitos gerais quanto leitos Covid, já alcançando quase 108% agora. E isso nos aflige demasiadamente em virtude da necessidade de que também, por parte do governo do Estado e da Secretaria, haja o cumprimento daqueles compromissos do Plano de Contingência, lá do início de abril, que previa justamente os 34 leitos do Alto Vale, que também possibilitava a ampliação de novos leitos. E nós temos disponibilidade nos hospitais da região, por exemplo, o Hospital Beatriz Ramos, de Indaial, tem 10 leitos prontos para serem ativados, mas não sabe como vão ser custeado, então estão parados, inclusive era para esses leitos terem entrado em operação hoje, mas não entraram em virtude dessa dificuldade. Tanto o Hospital Santo Antônio quanto os leitos do Hospital Oase também, e sabemos que o Hospital Azambuja também conseguiu, neste final de semana, mais um aporte para chegar a 28 leitos, ou seja, seria em torno de cem leitos novos que podiam ser implantados, onde tem capacidade de instalação e que precisamos na verdade esse aporte mais do que rápido, essa manifestação mais do que urgente por parte do governo do Estado, da Secretaria da Saúde, no sentido da viabilização dos equipamentos principalmente.

Sabemos que vai ser um desafio o material humano, a contratação dos profissionais, mas, acima disso, sem a estrutura mínima, sem os equipamentos, não dá para disponibilizar os leitos.

Então, há um encaminhamento nessa linha - a própria Associação, a Ammvi, mais diretamente, a qual eu presido e os quatorze Municípios -, nós estamos num movimento para conseguirmos inclusive dar suporte financeiro, se for para implantação dessas unidades de leitos novos, mas, por outro lado, ficamos emparedados pelo sistema regulatório catarinense onde qualquer cidadão, de qualquer região do Estado pode ser internado. Não entendemos isso como ofensivo, mas preocupados, porque se os quatorze Municípios se reúnem para cotizar R$ 50 milhões, inicialmente, ou R$ 20 milhões, ou R$ 10 milhões para poder ampliar essa rede de leitos, como é que nós vamos prestar contas aos nossos cidadãos, aos nossos moradores...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Prefeito, o senhor tem mais trinta segundos.

**O SR. PREFEITO MATIAS KOHLER** **(Guabiruba/SC)** - ...que nós construímos esses leitos e agora as outras regiões do Estado estão ocupando.

Então esse é o desafio e, por isso, nós precisamos mais do que rapidamente essa ação do governo do Estado, através da Secretaria da Saúde para poder instalar esses leitos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** - Vamos convidar para fazer uso da palavra o Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, de Correia Pinto. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Senhor Presidente, pelo que eu entendi o Prefeito Ceron já falou em nome dele.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O.k.. Eu lhe agradeço, Deputado Milton Hobus.

Vamos à última participação dos Prefeitos e entidades.

Com a palavra o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Prefeito Orildo Antônio Severgnini, de Major Vieira.

**O SR. PREFEITO ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI (Major Vieira/SC)** – Boa tarde, Deputado Marcos Vieira. (*Cumprimenta todos os demais presentes.*)

Eu quero ler aqui uma nota, Deputado Marcos Vieira, que foi extraída da reunião de sábado, no encontro que nós fizemos das 21 microrregiões do Estado de Santa Catarina.

(*Passa a ler*.)

“Em um cenário de desafio e incertezas para equilibrar a segurança da saúde da população e a continuidade das atividades econômicas, a máxima de conhecer a realidade local deve ser a base para as ações de enfrentamento à Covid-19. Nesse sentido os gestores públicos municipais não medem esforços, desde o início da crise, para reduzir os efeitos no sistema de saúde pública e na economia.

A Fecam lembra que as estruturas regionais de saúde estão atuando firmemente em todo o período de forma rigorosa com base nas recomendações da Secretaria, SES, intensamente conectadas aos entes locais. Nesse período os Municípios adquiriram insumos, testes rápidos, reforçaram as estruturas para atendimento e Atenção Primária da saúde.

O Estado de Santa Catarina regulamentou a proposta de regionalização em 3 de julho, com a Portaria nº 464/2020, ou seja, o efetivo processo de regionalização está em vigor em pouco mais de quinze dias, tempo ainda exíguo para conclusões sobre a efetividade dos resultados da regionalização. Mesmo antes desse período, houve intensos esforços para implementar ações regionais, inclusive com fixação de medidas restritivas e de vedação de atividades autorizada pela legislação estadual.

A Fecam entende que a autonomia das decisões regionalizadas é o caminho harmonioso para o enfrentamento da Covid-19, mas é necessário avaliação da competência de cada um dos entes federados em que, enquanto os Municípios atuam nas decisões de restrições ou flexibilizações e no atendimento primário dos pacientes, o governo do Estado precisa atuar no apoio com aquisição de medicamentos, equipamentos hospitalares para ampliação de novos leitos de UTI, testes, ampliação na capacidade de realização de exames pelo Lacen, investimentos em campanhas publicitárias para a conscientização da população sobre o isolamento social, a procura de atendimento médico no caso de sintomas gripais, atualização e implantação de protocolo de atendimento ao paciente com sintomas da Covid.”

Enfim, Deputado Marcos Vieira, na verdade entre a conversa e a prática há uma distância muito grande. Não poderia ser diferente a minha fala aqui, a não ser acompanhar a fala dos meus Prefeitos, certo, de todos os Prefeitos que aqui se manifestaram.

A Fecam sempre esteve à disposição do governo desde o início da pandemia, sugerindo ao governo do Estado que, ao invés da implantação - após uma discussão grande que houve sobre a implantação do hospital de campanha de Itajaí -, que se pegassem os R$ 100 milhões do que ali seriam gastos entre a implantação, o desmanche e depois a distribuição dos respiradores e das UTIs, que fosse então mapeado...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** - O senhor tem mais trinta segundos, Prefeito.

**O SR. PREFEITO ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI (Major Vieira/SC)** – ...quarenta ou cinquenta hospitais com referência Covid no Estado de Santa Catarina para que realmente não estivéssemos vivendo o momento que estamos vivendo hoje.

Nós respeitamos as decisões que o governo tomou sexta-feira. Não aceitamos que o Cosems, doutor André, fale por nós, em absoluto. Achamos uma falta de consideração e respeito muito grande aos...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** - Prefeito, mais trinta segundos para a conclusão, por gentileza.

**O SR. PREFEITO ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI (Major Vieira/SC)** – Obrigado, doutor Marcos Vieira.

Eu não sei se foi ouvido o final da minha fala, quando eu disse que o Cosems não fala pelos Municípios, nem pelas regiões e pelas microrregiões, onde há uma discussão muito grande entre os Prefeitos e um entendimento muito grande. Quem está tratando os pacientes que estão ou não internados são os Municípios e não o Estado e nem o Cosems, certo?

Então nós somos parceiros e queremos ser ouvidos, queremos ser respeitados. Fomos desrespeitados na sexta-feira! Fomos desrespeitados na sexta-feira! E eu quero aqui, junto com todos os Prefeitos do Estado, deixar a nossa fala de desconsideração por falta do governo do Estado, doutor André. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então é bom que nós voltemos ao diálogo em favor do povo catarinense. Os Municípios não estão contra o Secretário de Estado nem contra o Governador, mas sim a favor da saúde do povo catarinense. Quem cuida daqueles que não estão entubados são os Municípios, e não o Estado. Então, na diferença entre a palavra e o acontecer, lá na ponta da corda as atitudes...o governo tem um tempo muito grande que tem que ser encurtado, rapidamente, se nós queremos ter êxito.

Quero cumprimentar aqui o seu Altamiro pela grandeza que os Hospitais Filantrópicos têm feito pelo Estado. Não admitimos que o governo do Estado diga que hospital nenhum, de local nenhum, com exceção do Hospital Universitário, esteja devolvendo respiradores.

E queremos, doutor André, saber aqui, neste encontro com os Deputados e Deputadas Estaduais, se já chegaram os monitores e as bombas infusoras do Rio e de São Paulo para a instalação dos 240 respiradores que o senhor tem à disposição para nós instalarmos. Nós só tivemos um momento de encontro, doutor André, até hoje, a Fecam só encontrou com o senhor uma vez, junto o João Cândido, ainda Secretário da Casa Civil. Nunca mais fomos chamados para o diálogo, e sempre estivemos a sua disposição.

Nós sabemos das notícias da questão da doença pelo conhecimento dos Municípios, pela informação ou pela imprensa, nunca pela Saúde do Estado. A Saúde do Estado tem muita ferramenta, muita ferramenta, mas a atuação dela para com os Municípios é insignificante. E esta cobrança eu faço em nome das 21 microrregiões e dos mais de 200 Prefeitos que eu ouvi ontem até às 10h da noite.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Muito Obrigado, Prefeito.

**O SR. PREFEITO ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI (Major Vieira/SC)** – Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Prefeito, muito obrigado pela sua participação.

 Nós vamos agora retornar à fala com o Secretário André Motta, depois falará o Procurador-Geral de Justiça, doutor Fernando Comin, e após isso vem a parte dos Deputados.

O senhor está com a palavra por até cinco minutos, Secretário André.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO (SC)** – No dia 8 de junho foi a portaria do governo do Estado e há quarenta dias a gente está discutindo a questão da descentralização das decisões, inclusive com participação da Fecam. E aí, quando o nosso Presidente Orildo diz que não há diálogo, nós temos representante da Fecam dentro do Coes há pelo menos quarenta dias. Já tivemos, sim, conversa por vídeo com seu Rui e com o seu Saulo. Infelizmente, e é verdade, com o Presidente Orildo foi apenas uma vez, lembrando que nós estamos trazendo R$ 105 milhões para os filantrópicos e mais R$ 77 milhões para leito de terapia intensiva/Covid.

Nós temos hoje 616 leitos. Em processo de habilitação, 86, e 500 habilitados desses recursos todos repassados integralmente aos hospitais, lembrando que ninguém falou em devolver respiradores, mas que é fato que hospitais que têm leito habilitado ainda não colocaram à disposição da regulação e da sociedade, isso é fato. São algumas dezenas de leitos que nós estamos tentando ajudar, inclusive as unidades hospitalares, a colocar esses leitos à disposição.

Concordo com tudo o que o senhor fala, senhor Orildo, sobre protocolo, qualificação de atendimento e diálogo construtivo. O senhor pode contar com a Secretaria, porque essa é, sem dúvida, a nossa intenção. A questão da cotização de recursos para atendimentos regionais, a gente precisa entender que nós fizemos num Estado, no Estado de Santa Catarina cada região tem uma característica e, apesar de ser plano da Secretaria de Estado fazer a regionalização de acesso, algumas regiões detêm algumas qualificações que são únicas. Então, é natural que os pacientes transitem dentro da rede, assim como tem na região do Vale do Itajaí, do Médio Vale e do Alto Vale, da Foz, pacientes de outras regiões também têm pacientes dessas regiões em Florianópolis e em outros ambientes. Isso não é o ideal, mas existe o processo regulatório pra isso e sempre foi assim, não só em Santa Catarina como de resto no país inteiro.

Quanto ao Tarcísio, agradeço muito a manifestação dele, é realmente preocupante a questão das clínicas renais. A gente entende que há, sim, uma discrepância de recursos, nós já fizemos inclusive proposta. Apesar de o Estado deter apenas 10 desses contratos de clínicas, dos 41 existentes, nós já fizemos propostas, em parceria com os Municípios, provavelmente teremos já essa definição na CIB de quinta-feira. Há entendimento do Estado de que nós precisamos aumentar o recurso dentro de uma questão de responsabilidade fiscal. Não se tem ainda noção do impacto dessa crise, inclusive na arrecadação do Estado.

É uma dificuldade que vai ser vencida com diálogo, mas já evoluímos bastante, inclusive colocamos à disposição das clínicas EPIs e outras necessidades. A questão da UTI lá de Xanxerê, mais uma vez eu vou ter que dizer ao diretor Fábio, por sinal conversamos bastante na última reunião que tivemos em Florianópolis, esse hospital tem leito habilitado, leito habilitado significa leito que tem que estar disponível, até porque recebe recursos pra isso, com equipamentos do Estado. O recurso que vem para os hospitais é justamente para RH, insumos e outras necessidades.

De qualquer forma, por entendermos a dificuldade de fornecimento do *kit* incubação, o Estado tomou a frente na negociação, há mais de quarenta dias, com o Ministério da Saúde e a Opas, para uma aquisição conjunta para o Estado inteiro. Mas não há que se falar de obrigação do Estado em medicamentos, bombas de infusão e RHs quando o recurso entra pra unidade hospitalar, justamente para que a gente consiga atender essa necessidade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Senhoras e senhores, vamos dar prosseguimento à nossa audiência pública.

Eu convido para fazer uso da palavra sua excelência, o senhor Procurador-Geral de Justiça, doutor Fernando Comin. Vossa excelência está com a palavra.

Mas quero, antes do início da fala do doutor Fernando, comunicar a todas aquelas pessoas que participaram, e outros que desejam, que as duas apresentações, tanto da Fazenda quanto da Saúde, serão disponibilizadas para os participantes desta audiência pública. E nós chegamos perto de cem pessoas lincadas na audiência do dia de hoje.

Então, doutor Fernando Comin.

**O SR. PROCURADOR-GERAL FERNANDO COMIN** -Uma boa tarde a todas as senhoras e senhores. Eu gostaria inicialmente de agradecer esse convite, Presidente Marcos Vieira, e cumprimentar não só vossa excelência, mas todos os integrantes dessa Comissão Especial de Acompanhamento, Deputada Luciane Carminatti, Deputada Ada De Luca, Deputado Bruno Souza, Deputado José Milton Scheffer, Marcius Machado, Milton Hobus, Sargento Lima e Volnei Weber, pelo importantíssimo trabalho que vossas excelências estão fazendo no momento muito crítico do controle epidemiológico dessa pandemia do coronavírus no Estado.

Quero cumprimentar também pelo primeiro relatório, relatório circunstanciado mensal que foi elaborado pela Comissão Especial de Acompanhamento; quero cumprimentar também aqui todos os senhores Prefeitos municipais na pessoa do Presidente da Fecam, Prefeito Orildo; cumprimentar todos os Secretários de Estado na pessoa do Secretário Paulo Eli; todos os membros do Ministério Público que assistem esta audiência pública.

Falava eu a respeito do relatório circunstanciado que foi elaborado pela Comissão Especial e que apontou uma...de um total de auxílios do governo federal ao Estado de Santa Catarina, alcança benefícios aí, transferências, enfim, na ordem e R$ 2,47 bilhões. Nós então partimos dessa constatação para apontarmos que o sucesso ou não do controle epidemiológico aqui no Estado depende da gestão dos serviços de saúde, e nós sabemos que há um empenho de todos os Prefeitos do Estado de Santa Catarina, dos técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, cada qual motivado no mesmo objetivo de controlar essa pandemia num período extremamente crítico de agravamento, decorrente do inverno e do aumento da velocidade de propagação do vírus.

Mas eu separei aqui cinco apontamentos objetivos, senhor Presidente, para poder contribuir com o debate. Eu quero iniciar a respeito da questão da contratação de pessoal, que foi trazida aqui pelo nosso querido Prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, e informar a todos os senhores Prefeitos e gestores que o Ministério Público tem uma orientação institucional já formalizada no sentido de se permitir a contratação temporária de servidores, seja a partir de leis municipais específicas ou mesmo em analogia à Lei Complementar Estadual 260/2004, que rege a matéria no ordenamento estadual.

Evidentemente que nós sabemos que ocorre nesse momento muitas vezes a ausência de interesse dos profissionais, não é, e aí essa contratação temporária poderia ocorrer independente de um processo seletivo, inclusive, de acordo com as conclusões que o Ministério Público chegou, e é preciso ressaltar aqui que a própria Lei Complementar 173/2020 prevê a possibilidade de concessão de gratificações especiais a trabalhadores da Saúde no enfrentamento à pandemia, o que pode tornar, obviamente, mais atrativa essa função e uma busca maior de profissionais.

Segundo aspecto importante é a questão da falta ou desabastecimento de medicamentos. Ainda que na ação promovida pelo Ministério Público por meio da 33ª Promotoria da Capital, o Estado na defesa tem alegado que não há desabastecimento ou não há falta de medicamentos, nós sabemos que essa é uma questão crítica que merece atenção e que já está merecendo a atenção do Secretário de Estado da Saúde.

Na sequência, uma outra constatação importante que já foi tocada aqui pelo Secretário de Estado da Saúde, que é a ativação dos leitos. Nós temos hoje aproximadamente 50, 60 leitos já habilitados e que não foram ativados ainda. Esses leitos não foram ativados ainda por razões as mais diversas possíveis, e nós acreditamos que o foco da gestão poderia priorizar essa ativação desses leitos que já foram habilitados, que já estão autorizados pelo Ministério da Saúde a entrarem em funcionamento.

Mas o principal, na nossa avaliação, na avaliação do Ministério Público, neste momento é que o Estado possa executar o planejamento de ampliação da sua infraestrutura de Saúde, tal qual inicialmente planejado. E nós, tendo em conta o planejamento inicial da própria Secretaria de Estado da Saúde, há um *deficit* aí de aproximadamente 350, 360 leitos que haviam sido inicialmente planejados para a implantação até o final do mês de maio, mas estes leitos ainda não foram, por razões mais adversas, implementados.

Nós acreditamos que sem a ampliação, sem a concretização, senhor Presidente e senhores Deputados, desse planejamento inicial do Estado, nós dificilmente vamos a fugir, sobretudo em determinadas regiões, da necessidade da imposição de medidas mais restritivas, inclusive medidas de quarentena que podem passar até pelo *lockdown*.

Logo, é preciso sim conscientizar a população por meio de campanhas maciças de orientação, mas não é possível creditar o sucesso da política apenas à conscientização das pessoas. Nós temos que trabalhar na outra ponta com a ampliação das infraestruturas, nós sabemos de todos os desafios que existem em torno dessa questão, mas é preciso algum replanejamento, alguma reprogramação da implantação desses leitos Estado afora. São 350 a 360 leitos, aproximadamente.

E pra finalizar, buscando ser o mais objetivo e breve possível, senhor Presidente, eu trago aqui a minha satisfação em ouvir do senhor Secretário de Estado da Saúde, doutor André Motta Ribeiro, que o processo de regionalização, que é uma conquista, sim, ele traz autonomia aos Municípios. Mas a verdade é que nós precisamos ainda de alguns ajustes finos, na palavra do próprio Secretário, desse modelo. Sob pena de nós transferimos uma tensão apenas aos Prefeitos, sobretudo nas regiões em que não há uma unidade de entendimento ou nas regiões em que haja a necessidade de ações diretamente realizadas pelo Estado para o controle da epidemia na política de regionalização.

Então é preciso aperfeiçoar o processo decisório dentro da matriz de risco regionalizado que o próprio Estado adotou. Então eu finalizo, são essas as contribuições do Ministério Público, devido ao adiantado, nós teríamos outras aqui; e parabenizo a iniciativa da augusta Assembleia Legislativa, de todos os Deputados, a quem eu cumprimento na pessoa dos ilustres integrantes da Comissão Especial de Acompanhamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Muito obrigado, doutor Fernando Comin.

Eu só quero fazer uma colocação. Se vossa excelência puder me responder, eu vou agradecer.

Quando os Poderes e órgãos passaram recursos para o governo do Estado para o combate ao coronavírus, eu não vi na apresentação da Secretaria de Estado da Fazenda os R$ 8 milhões destinados pelo Ministério Público. Eu perguntei há sessenta dias a vossa excelência e vossa excelência disse que ia responder pelo WhatsApp para mim, porque ainda faltava a apresentação de um projeto. Esses R$ 8 milhões estão disponíveis ainda, doutor Fernando?

**O SR. PROCURADOR-GERAL FERNANDO COMIN** - Deputado Marcos Vieira, esses recursos estão contingenciados para essa finalidade específica, eles continuam à disposição do Poder Executivo. A última atualização que eu tive é que ainda não, nós não recebemos ainda nenhum projeto para aplicar esses recursos. Mas está disponível.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O.k., muito obrigado.

Senhoras Deputadas e senhores Deputados, vamos à participação dos Deputados. Mas antes da participação dos Deputados, eu já disse que as apresentações já estão disponíveis e também quero aqui apresentar um requerimento a vossas excelências, membros da Comissão Especial, porque foi dito muita coisa e também foram assumidos compromissos, e esses compromissos podem vir a ser cumpridos ou não, quero propor a vossas excelências, por requerimento dos senhores Deputados-membros da Comissão, uma nova audiência pública para daqui a quinze dias, no dia 3 de agosto, na presença do Secretário de Estado da Fazenda e do Secretário André Motta para que eles possam dizer aqui se os compromissos assumidos no dia de hoje foram cumpridos ou não.

Coloco em discussão o requerimento aos senhores membros da Comissão Especial. (*Pausa*.)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Sargento Lima.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** - Se não me falha a memória, já não foi marcada uma para o dia 5?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Não, no dia 5 é da Comissão de Finanças, e essa é da Comissão Especial.

Está aprovado o requerimento para a realização da audiência pública no dia 3 de agosto, às 14 horas, com a presença do Secretário Paulo Eli e do Secretário André Motta.

Há Deputados inscritos. A primeira é a Deputada Ada De Luca, a quem concedemos a palavra. Na sequência, o Deputado Milton Hobus.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Quero me inscrever, Presidente.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA** – Boa tarde a todos, indistintamente de cargos ocupados, porque estamos todos numa batalha, somos todos guerreiros por Santa Catarina. Nosso tempo é curto, a situação é urgente e o cidadão catarinense quer resposta. Infelizmente, nós não temos a presença do Governador aqui, estranho, muito estranho. Ele estava na reunião anterior, na Comissão de Finanças, a qual eu acompanhei também. Seria um momento muito importante, tanto para ele ouvir quanto falar, já que nós temos autoridades de todas as esferas aqui nessa reunião. É claro que os Secretários estão aqui, mas eu lamento a ausência do Governador. Penso que seja o assunto mais importante que nós temos a tratar.

Bom, mas em respeito aos presentes, gostaria de demonstrar minha esperança, Deputado Marcos Vieira e toda a Comissão, na realização dessa audiência pública de hoje, e também defender tudo o que já falei na tribuna, já falei na nossa reunião há três meses, praticamente, como eu defendo que a Assembleia, que o governo do Estado, em todo o seu conjunto, e os Prefeitos falem a mesma linguagem, porque está uma grande orquestra, com vários batalhadores, com vários lutadores e sem um comando. E nós estamos cada um falando a sua língua. Parar com as vaidades pessoais. O bode, realmente, foi jogado no colo dos Prefeitos, a verdade é essa, e tudo isso aconteceu depois que foram lavadas as mãos e jogado para os Prefeitos.

Nós não podemos ser birutas de aeroporto, dando discurso na direção e a favor do vento. Eu defendo exatamente a posição desde o primeiro dia: saúde em primeiro lugar.

Protocolamos oficialmente duas perguntas para a reunião de hoje: em resumo, queremos saber se temos um plano de contingência caso a situação se torne ainda mais grave, que é o que eu acho que vai acontecer, e também qual o planejamento para o uso de recursos de R$ 334 milhões que foram recebidos do governo federal?

Doutor André, Secretário, eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor: se poderia enviar para a Assembleia o relatório com todos os recursos transferidos aos Municípios para o combate à Convid. Nós precisamos de coragem pra enfrentar essas medidas necessárias, doa a quem doer, para salvar nosso Estado, salvar nossa gente dessa escalada de mortes que estamos tendo.

Muito obrigada. Mas nessa rapidez é brabo fazer uma audiência. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Deputado Milton, eu cometi um pequeno equívoco, mas a Deputada Luciane Carminatti já havia se inscrito antes.

Então, passo a palavra à eminente Deputada Luciane Carminatti.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Primeiro as damas.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL** **LUCIANE CARMINATTI** – Não é por ser mulher, é porque eu me inscrevi mesmo. Não é pelo critério de gênero, o.k.?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Mas mesmo assim, merece.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL** **LUCIANE CARMINATTI** - Quero cumprimentá-lo, Presidente Marcos Vieira, e a todos os meus colegas Deputados e Deputadas; cumprimentar o nosso Procurador do Ministério Público, Fernando Comin; também cumprimentar todos os Prefeitos em nome do Prefeito Orildo. Enfim, é um prazer muito grande estar com vocês aqui, reunião à qual acompanhei desde o início.

Eu quero primeiro dizer que eu pedi para a minha assessoria fazer um levantamento, com data do dia 20 de junho e 20 de julho, com relação a cada Associação de Município do número de casos confirmados e de óbitos. E eu confesso que eu fiquei assustada com o crescimento. Eu destaco aqui a região de Lages, que não tinha nenhum óbito e passa a ter nove óbitos; a região da Amfri, Balneário Camboriú, Ilhota, essa região passou de 55 óbitos para 159 óbitos; a região de Criciúma, de 19 para 39; a Grande Florianópolis, enfim.

O que eu quero dizer com isso? Primeiro a constatação de que nós estamos no crescimento da Covid em Santa Catarina; e se estamos no crescimento da Covid, Prefeitos, primeiro eu sou muito solidária a vossas excelências aqui, em nome do meu colega Joares Ponticelli, eu fico me perguntando como é difícil ser Prefeito ou Prefeita hoje. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Quero dizer isso porque a gente só enfrenta uma pandemia com planejamento e diálogo, não tem outra forma, é planejamento e diálogo. E aí eu me lembro da fala do Governador quanto ao decreto de 17 de março, decreto de isolamento que eu defendo, defendi e defendo: ele dizia que era preciso nós entrarmos no isolamento social para planejar a rede de saúde, para que quando ocorressem os casos de Covid, nós tivéssemos leitos suficientes.

Então eu quero dizer: estamos falhando no planejamento, estamos falhando. Esta é a primeira constatação que eu quero fazer.

Em nome dos hospitais, e eu estou vendo aqui o Adriano, quero dizer que...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Vossa excelência tem trinta segundos, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Sim.

Eu fiquei muito incomodada com o que houve em Xanxerê, porque eu tenho conversado com Xanxerê a cada semana e não é verdade que simplesmente não se quer o respirador. O fato é que não tem profissionais no mercado, nós estamos vivenciando um apagão de profissionais, é desesperador, e nós temos um problema, que a gestão da saúde nacionalmente teria que dar conta, que é a falta de medicamentos e insumos e os preços abusivos – tem casos aqui que tiveram elevação de 4.000% nos preços, gente!

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Pela conclusão, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Então, o que me parece, para eu terminar, Presidente, é que numa pandemia tem que ter diálogo, vamos parar de fazer crise ideológica. Tem que ter diálogo entre governo federal, que faz a gestão nacional via Ministério da Saúde, e as Secretarias de Estado da Saúde, os hospitais e os Prefeitos. Essa é a primeira grande certeza que eu tenho.

E aí eu termino fazendo alguns questionamentos. Primeiro: se não houve tempo até agora, haverá tempo para dar conta do crescimento da Covid com leitos, com equipamentos e com RH? Essa é a primeira pergunta. Em segundo lugar, quem é que, de fato, credencia os leitos de UTI e quais são os critérios para credenciar leito de UTI, porque me parece que mandar o respirador e o monitor não é credenciamento de leito de UTI. E, por último, aquela pergunta que me cabe aqui: mapa de risco, autonomia aos Prefeitos versus gestão do Estado, até onde vai isso? A gente, de fato, está no fio da navalha.

Às vezes eu escuto alguns gestores dizendo...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Pela conclusão, Deputada Luciane, por gentileza.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – ...nós não queremos total autonomia, porque é jogar para nós, e outros dizendo: nós queremos autonomia, porque nós conhecemos o Município. Então eu acho que a gente precisa de muito diálogo.

É isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Senhores Deputados...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCIUS MACHADO** – Presidente, quero me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Deputado Marcius Machado também está inscrito. Temos inscritos os Deputados Milton Hobus, Moacir Sopelsa, Vicente Caropreso e Marcius Machado.

Peço aos senhores Deputados que partam...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER** – Deputado José Milton, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Deputado José Milton inscrito. Mas pedimos que os Deputados partam direto para as perguntas, porque a assessoria me informou que exatamente às 16h45min deveremos encerrar, já que terá outra audiência pública a partir das 17h.

Então, com a palavra o Deputado Milton Hobus.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Deputado Marcos Vieira, para ser breve, em seu nome quero cumprimentar todos os presentes, os Prefeitos, os Deputados, o Procurador Comin.

Eu ouvi muitos dizerem, Secretário Paulo Eli, que não vai faltar dinheiro, e eu sei que não vai faltar dinheiro. Eu gostaria que o senhor colocasse para todos nós qual é o valor da dívida de Santa Catarina, de maio a dezembro, que não vai ser paga, quanto já recebeu e quanto vai significar até o final do ano, para a gente saber quanto dinheiro tem só aí. Sabemos que tem mais 216 bilhões do valor da ajuda do governo federal para serem aplicados no coronavírus e também a Assembleia aprovou a repactuação de dívida, como foi o caso do BIRD, para poder flexibilizar a questão financeira do Estado. E também fazemos a constatação de que foi liquidado muito pouco até agora, nem aquilo que veio do governo federal. E isso nos deixa preocupados.

E aí eu pergunto para o Secretário da Saúde por que não há uma definição de funções claras do que o Estado faz e do que os Municípios fazem, porque eu vejo, como aqui em Rio do Sul, o Município dando dinheiro daquilo que veio do governo federal para comprar leitos de UTI, para comprar aparelhos – e agora, sexta-feira, chegaram dez respiradores do Estado. Por que o Estado não assume o que é equipamento para equipar os hospitais, porque isso já era para ter acontecido desde março, e define o que os Municípios vão fazer com esse dinheiro, se é para fazer testes, se é para fazer isso, se é para fazer aquilo? Isso é gestão e eu acho que está faltando gestão. Por isso que todos os Prefeitos estão se sentindo desamparados, porque está cada um atirando do seu jeito, e eu acho que o Estado tem que ser o guarda-chuva que controla isso.

Então, Secretário André, o que o Estado faz e o que o Município faz tem que ficar claro em termos de investimento. E o Estado vai ter muito dinheiro que vai ter que comprovar de investimento no coronavírus e nós não estamos vendo isso chegar na ponta, isso de forma muito prática.

Eu queria deixar uma sugestão aqui: por exemplo, se tem que habilitar leitos aqui no Alto Vale, não vamos esperar a burocracia do Ministério da Saúde até poder habilitá-los. Por que o Estado, assim como não está fazendo os seus processos seletivos para comprar leito da iniciativa privada, não faz...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O senhor tem trinta segundo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – ...um procedimento (*ininteligível*) dos hospitais filantrópicos enquanto não se credencia, para que em regiões que precisam ser habilitados leitos de imediato isso aconteça de forma rápida, sem burocracia.

Então, eu acho que a gente precisa desses números aí, Secretário Paulo Eli, para saber quanto dinheiro nós temos e o que vai ser feito com esse dinheiro, e tenho isso muito claro com os Municípios, Secretário André Motta.

Era isso, para ser bem objetivo e bem rápido, senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Com a palavra o Deputado Moacir Sopelsa. E peço, Deputado, agilidade, porque estamos em cima da hora.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Muito obrigado, Deputado Marcos. Primeiro, obrigado pelo convite, e em seu nome eu quero cumprimentar todos os Deputados e as Deputadas, cumprimentar o doutor Comin e em seu nome cumprimentar todos os membros do Ministério Público – e parabéns, doutor Comin, pelo trabalho que vossa excelência vem fazendo. Quero cumprimentar o Secretário Paulo Eli e o Secretário Motta e cumprimentar todos os Prefeitos na pessoa do Orildo. Permitam-me fazer assim para ser breve.

Deputados, Prefeitos e Secretários, o doutor Comin, em alguns minutos, fez uma colocação importantíssima que eu acho que nós devemos seguir: primeiro, todos juntos devemos nos preocupar... e quem tem a maior responsabilidade e o poder no abastecimento de medicamentos, pois estão faltando medicamentos em muitas das regiões, é o que se escuta. Outro ponto é ativar os leitos que são necessários. Olha, eu me preocupo quando vejo que paciente, por exemplo, que está aqui em Concórdia veio de Itapema, pois daqui a pouco nós, de Concórdia, precisamos mandar para Florianópolis ou para onde tenha lugar. Portanto, ativar esses leitos é prioridade para todos. É isso o que se escuta, essa é a visão daqueles que conhecem a pandemia, dos técnicos, enfim.

Essa questão dos recursos, Secretário Motta e senhores Deputados – eu queria deixar, Deputado Marcos...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O senhor tem trinta segundos, Deputado, para concluir.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Nós precisamos saber onde foram investidos e de quem são esses recursos. É aquilo que disse a Deputada Ada, termos uma relação de quanto o Estado investiu, onde investiu, quais os Municípios que receberam, quais são os hospitais que receberam.

Neste momento, a questão da autonomia eu acho que deve ser compartilhada e cada região tem que ter a sua responsabilidade e também os seus esclarecimentos.

Era essa a minha contribuição, Deputado Marcos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Com a palavra o Deputado Vicente Caropreso. Na sequência falará o Deputado Marcius Machado e, por último, o Deputado José Milton. Peço a vossas excelências a compreensão para abreviarmos. O Deputado Cobalchini vai presidir a próxima audiência pública e já esteve aqui conversando comigo.

Deputado Vicente Caropreso com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DR. VICENTE CAROPRESO** – Senhoras Deputadas, senhores Deputados e autoridades presentes, o meu boa-tarde.

Quero fazer algumas constatações: que a priorização, agora, é das vagas de leitos de UTI, seja no estágio em que estiverem. Eu acho que é a prioridade nº 1 da Secretaria de Estado.

Segundo, acho muito importante que haja neste momento mais facilitadores públicos. Toda essa dificuldade que nós estamos passando só o tempo depois vai dizer quem estava certo e quem estava errado, agora essa crise também tem sido palco de muito discurso para pregar a desunião e achar que está tudo errado. A missão é dura, é duríssima, e eu acho que nós temos que facilitar, inclusive na burocracia, para que sejam mais rápidos os processos, tendo aí como parceiros, até e sob consulta prévia, os órgãos de controle. Nós temos que ter uma corrente a favor da saúde, a favor do cidadão e não apenas troca de mensagens, farpas e críticas, muitas vezes infundadas.

Era isso o que eu tinha que colocar, senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Com a palavra o Deputado Estadual Marcius Machado. Se for com brevidade, fico satisfeito e já agradeço.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCIUS MACHADO** – Presidente, cumprimento vossa excelência e em seu nome, pelo adiantado da hora, todas as autoridades já nominadas e não nominadas.

Secretário André, em relação à nova ala do Hospital Tereza Ramos, nesta sexta-feira, juntamente como o Prefeito e outras autoridades, nós fomos visitar essa nova ala e sabemos a importância dessa abertura, mas para que isso ocorra é preciso de um recurso para a empresa, então a empresa só não concluiu as obras porque é preciso que se termine de pagar a empresa. Então, o que nós precisamos é que se pague a empresa para que seja aberta a nova ala, que vai beneficiar muitas pessoas.

É importante colocar os engenheiros para fiscalizar, pois grande parte é uma obra nova, onde foram aplicados mais de R$ 80 milhões, e que está com alagamento, muitos lugares estão alagados, e isso é inadmissível. E também em relação aos recursos passados do governo federal para os hospitais filantrópicos, que já passou muito tempo. A resolução era de cinco dias e não foi cumprido esse prazo. Como é que pode de fato cumprir para que eles possam fazer a sua obrigação social neste momento?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O último inscrito é o Deputado José Milton Scheffer, a quem concedemos a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER** – Presidente Marcos e demais membros, Secretários, Fernando Comin, todas as lideranças, sobra muito pouco para falar agora, mas eu vou ser bem pontual.

Primeiro quero falar que o grande desafio da sociedade catarinense, que é um desafio muito duro, é enfrentar uma doença que há quatro meses nós não conhecíamos. Em segundo lugar, quero dizer que a sociedade, as instituições, o governo, o Poder Legislativo, o Ministério Público, todos têm feito um grande papel, assim como os hospitais filantrópicos têm sido sensacionais nesse caminho. Santa Catarina até aqui não deixou nenhum catarinense aguardando uma hora para ser internado numa UTI com Covid. Então foi um esforço comunitário que a gente tem que ter consciência. Precisamos executar o planejamento daqui para a frente com mais eficiência, e eu vou ser pontual nas minhas preocupações.

Secretário André Motta, as clínicas de hemodiálise em outros Estados têm recebido um *plus* de pelo menos uma receita por ano, um faturamento mensal por ano para poder se manter, porque elas tiveram seus custos aumentados, e nós precisamos discutir esse assunto junto com a Secretaria, pois é uma preocupação que as clínicas façam também um grande trabalho nesse período de Covid.

Outra questão é o credenciamento, devendo também envolver a bancada federal, Deputado Marcos Vieira, para que o Ministério da Saúde possa habilitar os leitos que nós precisamos aqui em Santa Catarina. A Deputada Luciane falou uma grande verdade, a dificuldade de recursos humanos que os hospitais estão passando, não é apenas o financeiro, pois ele está equacionado em algumas situações, mas falta gente, os profissionais têm se contaminado e têm sido afastados.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Vossa excelência tem trinta segundos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER** – Uma sugestão, Procurador Fernando Comin: é possível nós utilizarmos esses recursos do Ministério Público que estão disponíveis para o governo para custear leitos de Covid em hospitais filantrópicos? Nós temos condições de apresentar um projeto para o Ministério Público dentro de poucos dias. Segundo, qual é a lista de medicamentos que está disponível para os hospitais filantrópicos? E outra é: para o Hospital Regional de Araranguá, tem algum plano para aumentar em pelo menos mais dez leitos aqui no extremo sul, que já desafogaria pacientes de Tubarão, de Criciúma e também aqui da Amesc, Secretário André Motta?

Era isso, Presidente, já que o tempo é curto.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Muito obrigado.

Com a palavra o Secretário Paulo Eli, para finalizar a sua fala, por gentileza, e respondendo o Deputado Milton Hobus.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI** – Deputado Marcos Vieira, Deputado Milton Hobus, demais Deputados, com relação aos recursos, o Estado teve uma queda de Receita expressiva em abril, maio e junho, a Receita de julho já está se recuperando e já está em níveis de julho de 2019, em função da reativação das atividades e da normalidade da volta da economia.

Com relação à Lei Complementar 173, nós temos três recursos. Um recurso deles é a economia... um recurso de economia do Estado em relação a não reposição de pessoal, a não concessão de reajustes salariais, que é o congelamento da folha, a outra é ajuda federal em termos de repasse, que é de 1,151 bilhão mais 278 milhões para a área de saúde. Essa ajuda é para recuperação da perda de Receita para o Estado manter a normalidade das suas atividades, e mais a renegociação da dívida pública que o Estado conseguiu de maio até dezembro em torno de um terço para cada ente, Banco do Brasil, BNDES e a União, em torno de R$ 1 bilhão. Nós não conseguimos ainda a repactuação da dívida com o Bank of America porque temos pendências em relação às questões da letra c da STN, então ainda não foi aberta a excepcionalidade do Bank of America. Nós pagamos uma parcela de quase R$ 300 milhões agora no dia 26 de junho e temos uma outra parcela para pagar em 26 de dezembro se nós não conseguirmos... uma parcela de cinquenta e poucos milhões de dólares, que dá quase R$ 300 milhões em dezembro, e essas parcelas nós vamos tentar renegociar com o Bank of America, uma tentativa em função da lei aprovada pela Assembleia.

Com esses recursos que nós estamos tendo nós estamos mantendo a folha em dia, a normalidade dos serviços em todas as áreas de governo e estamos colocando mais recursos na área da saúde – nós estamos com quase 18% da Receita Corrente Líquida do Estado com gastos em saúde.

É isso, senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Agradecemos também a presença da Secretária Adjunta Michele, desde já muito obrigado pela presença.

Para finalizar, passamos a palavra ao Secretário André Motta.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO (SC)** – Então, senhores, falando um pouquinho, com todo o respeito ao nosso representante Fernando Comin, a programação do Estado lá no início do Coes eram 713 leitos de terapia intensiva e hoje nós temos 616 leitos, faltando 97, cujos equipamentos estão sendo distribuídos essa semana. Continuamos com essas dificuldades de RH e de insumos, que são de todos, não é característica de Santa Catarina, é do mundo inteiro, mas o recurso que é repassado ao filantrópico no teto máximo da política e o leito habilitado, ele é suficiente para o pagamento e para que se assuma esse custo do processo. O Estado não está só entregando equipamentos, mas, sim, pagando o teto máximo da política hospitalar para que o recurso seja suficiente a fim de que os Municípios, os hospitais, na verdade, assumam essa responsabilidade.

O Tereza Ramos, respondendo o Deputado, foi fruto de uma auditoria que apresentou, pelo próprio Ministério Público, uma diferença de 1,5 milhão de recursos e, por conta disso, o Estado está impedido de fazer o pagamento que a empresa solicita para terminar aquele hospital. De qualquer forma, ele vai ser finalizado nos próximos dias, nas próximas semanas.

E, para mais uma vez esclarecer, habilitação de leito é uma solicitação do hospital. O hospital tem que montar o leito, colocar o leito com RH, equipamento e insumos, ele solicita a habilitação ao Ministério da Saúde. Quem faz essa intermediação é o Estado, que, aliás, é o Estado que mais habilitou leitos no Brasil. Não há que se falar em antecipação de recurso porque são serviços que começam a ser instituídos, o leito tem que estar em funcionamento quando a habilitação é solicitada – os leitos são habilitados num tempo médio menor do que trinta dias e esses recursos são repassados para pagamento em noventa dias de uso de terapia intensiva. Então, quando é solicitada habilitação de leito, ela vem do Município... do hospital, desculpa, e é encaminhada ao Ministério da Saúde, que repassa o recurso.

Voltando à questão dos recursos em fase final de repasse, houve realmente um atraso, mas não foi por burocracia. O Ministério da Saúde vende uma facilidade que não existe e o Estado de Santa Catarina tem a responsabilidade de fazer o rito documental necessário para proteger a sociedade, o erário público e os hospitais. Então nós já repassamos 28 milhões dos 53 milhões das Portarias 1.393 e 1.448 e provavelmente até amanhã ou quarta-feira, se recebermos as notas dos hospitais, esses recursos serão repassados integralmente.

De qualquer forma, acho que foi excelente a nossa conversa, espero que no dia 15 consigamos evoluir mais nessa discussão e reforço que é o momento de todos estarmos unidos, porque o impacto da doença no nosso Estado apenas está começando e justamente pelo fato de termos nos preparado para isso é que, provavelmente, passaremos por isso com o menor sofrimento possível, com a ajuda de todos os senhores e da sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Senhor Secretário, de forma bem rápida... eu não ia fazer pergunta, mas eu me sinto na obrigação. Sem comentários.

Para instalar um leito de UTI num hospital beneficente, um hospital filantrópico, quem paga? É o hospital que paga a despesa de instalação, da montagem, é o Município, é o Estado ou é a União?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – O leito é do... o hospital...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Para atender a Covid-19.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – Quem paga habilitação de leito, co-participação do Estado nos equipamentos, que são os mais caros, né? Respiradores e monitores...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Então são os hospitais que têm que pagar a instalação?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – Ele tem que ter espaço e tem que ter condição técnica para ter leito de UTI. Então a gente traz equipamentos e a habilitação paga o custeio desse leito, não tenha dúvida disso. São 480 mil, meio milhão por mês...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Deixe eu formular a pergunta e o senhor responde rapidamente.

A reforma física do espaço, a cama, os profissionais que vão trabalhar naquele leito, quem paga isso? É o Município? É o hospital? É o Estado? É a União?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – É o hospital, porque ele recebe recursos para isso. Ele recebe o teto...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Mas recebe de onde?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – O teto da política hospitalar para os filantrópicos e R$ 1.600,00 por dia por leito instalado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Não, aí é custeio. Mas eu digo para dar ele pronto, Secretário, funcionando? Para botar a fitinha lá para inaugurar o leito, se custa R$ 30 mil a instalação de um leito, quem é que paga a instalação de um leito deste?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – Os equipamentos respiradores e monitores o Estado promove, o restante é da unidade hospitalar.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – A cama, por exemplo?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – A cama pode ser da unidade hospitalar se eles tiverem, se não tiver, o Estado fornece.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – O custeio dele, quem paga?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** – O custeio quem paga é a habilitação pelo Ministério da Saúde, R$ 1.600,00/dia por leito, que dá mais ou menos, para uma UTI de dez leitos, R$ 480 mil por mês. Inclusive a própria Associação dos filantrópicos diz que uma UTI com dez leitos custa R$ 400 mil e a habilitação repassa R$ 480 mil.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Bem, a resposta veio. Eu fiz a pergunta e a resposta veio.

Senhoras Deputadas, senhores Deputados...

**A SRA. SIMONE SCHRAMM** – Eu poderia fazer uso da palavra rapidamente, Deputado Marcos Vieira? É uma solicitação urgente...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** – Deputada Simone Schramm (*sic*), por gentileza, a assessoria me disse que a senhora queria falar, me disse que a senhora queria fazer uso da palavra, mas o Vice-Prefeito de Joinville fez uso da palavra. Nós finalizamos, já teve a participação dos Deputados, infelizmente eu estou em cima da hora, tenho que encerrar esta audiência pública, porque tem outra que o Deputado Cobalchini vai presidir com o Presidente Julio Garcia.

Eu gostaria que a senhora, depois, entrasse em contato com o Secretário André Motta para tirar a dúvida de Joinville.

Senhoras e senhores, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente audiência pública, já ficando outra convocada para o dia 3 de agosto.

Muito obrigado e uma boa-noite para todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA**

**PRESIDENTE**